

Bares de Brasília:

Resistência e Cuidados dos/as Jovens-Adultos/as da Cidade Planejada

Renan Oliveira Aragão de Paiva

Brasília - DF

Dezembro de 2019

Bares de Brasília:

Resistência e Cuidados dos/as Jovens-Adultos/as da Cidade Planejada

Renan Oliveira Aragão de Paiva

Monografia apresentada à Faculdade de
Psicologia do Centro Universitário de Brasília
— UniCEUB como requisito à conclusão do
curso de Psicologia.

Professor-orientador: Ms. Leonardo
Cavalcante de Araújo Mello

Brasília - DF

Dezembro de 2019

Folha de Avaliação

Autor: Renan Oliveira Aragão de Paiva

Título: Bares de Brasília: Resistência e Cuidados dos/as Jovens-Adultos/as da Cidade

Planejada

Banca Examinadora:

Prof. Ms. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

Prof. Dr. Juliano Moreira Lagoas

Brasília - DF

Dezembro de 2019

Sumário

Agradecimentos

Resumo

Introdução **1**

Fundamentação Teórica **4**

Brasília **4**

Cultura de Brasília? 5

Locais de entretenimento, lazer e diversão em Brasília 6

Bares locais 10

Brasília, lazer e os bares 12

Drogas **14**

O que é droga? 14

Substâncias psicoativas (SPAs) — lícitas e ilícitas 17

História das drogas 19

Drogas e Contemporaneidade brasileira 20

Proibicionismo 22

Bebidas alcoólicas 24

Bebidas alcoólicas e contemporaneidade brasileira 26

No Pensamento de Michel Foucault **27**

Método **31**

Sujeitos	33
Locais	33
Instrumentos	33
Procedimentos	35
<i>Etapa 1</i>	35
<i>Etapa 2</i>	36
<i>Etapa 3</i>	37
Análise das Informações Construídas	37
Resultados e Discussão	38
Sobre os Participantes da Pesquisa	38
<i>Participante 1 (P1)</i>	39
<i>Participante 2 (P2)</i>	39
<i>Participante 3 (P3)</i>	40
<i>Participante 4 (P4)</i>	40
<i>Participante 5 (P5)</i>	40
<i>Participante 6 (P6)</i>	41
Eixo 1: Cultura de Convivência em Brasília	42
<i>Socialização</i>	44
<i>Mobilidade</i>	50
<i>Entretenimento e Lazer</i>	53
Eixo 2 - Bares da Cidade Planejada	56

<i>Afetos e necessidades nos bares</i>	56
<i>Relações e os vínculos nos bares</i>	61
Eixo 3 – Jovens-Adultos/as de Brasília, os Bares e o Consumo de Álcool	66
<i>Consumo de álcool em Brasília e seus afetos</i>	66
<i>Efeitos do álcool</i>	68
Considerações Finais	73
Referências	76
Anexo A — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	83
Anexo B — Questionário Sociodemográfico	86
Anexo C — Recortes apresentados no Grupo Focal	89
Anexo D — Parecer de Aprovação no Comitê de Ética	90

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente e principalmente, aos/as meus/minhas amigos/as! Esses/as foram e são os/as que me acompanham na minha caminhada e desenvolvimento ao longo do curso e da vida, vivendo comigo todos os afetos e todas as aprendizagens que a Psicologia me proporcionou e transformou. O amparo proporcionado por eles/as foi e é fundamental e sou eternamente grato a todos e todas.

Agradeço nominalmente alguns/algumas colegas de curso, que, com o tempo, tornaram-se amigos/as, como as incríveis amigas e parceiras Ana Carolina e Nara Silva, a Marina Antonucci, o Umberto Martins, o Leonardo Alvarega e o Thiago Oliveira. Essas pessoas também foram fundamentais no meu processo de formação em Psicologia e como Psicólogo.

Agradeço a parte do corpo docente. Agradeço àqueles que fizeram desse caminho prazeroso e enriquecedor. Dentre esses/as professores/as, mestres/as, doutores/as, destaco o meu orientador e supervisor prof. Leonardo Mello e a profa. Mara Weber. Assim como a profa. Raquel Alo, a profa. Camila Morais, a profa. Francielly Muller, a profa. Ana Flávia Madureira, o prof. João Modesto, o prof. José Bizerril, a profa. Tânia Inessa, a profa. Morgana Queiroz, a profa. Ingrid Fuhr, o prof. Alexandre Russo, a profa. Adriana Gebrim, o prof. Frederico Guilherme e a profa. Cláudia May. Todos/as esses/as profissionais contribuíram de forma singular no meu desenvolvimento enquanto psicólogo.

Agradeço também por toda experiência e por todo aprendizado no CRAS-Brasília, no HFA, na SUAP/DPDF, na PREVIC, no Colégio Alub e na Associação Traços. Bem como, agradeço às profissionais que tive a oportunidade e o prazer de compartilhar conteúdos, aprendizados e afetos nestes espaços, como Ligia Casanova, Catiane Farias, Amanda Alves, Amanda Kelly, Maria das Dores Magalhães, Andrea Souza, Flavia Trannin, Karlla Lima, Hellen Cris Vaz e tantas/os outras/os.

Agradeço ainda aos familiares que me auxiliaram nessa jornada, dentre eles minha avó-mãe e minha irmã. Reconheço também o suporte do meu genitor nesse processo.

Agradeço a todos e todas que me incentivaram e auxiliaram neste caminho.

Dedico ainda, por fim, essa monografia a minha avó, Marisa Oliveira da Silva (in memoriam). Mulher de muito amor e saber. Grande inspiração na minha jornada de vida.

Resumo

Brasília, a “capital da esperança”, foi profetizada, sonhada e finalmente concretizada em 1960. A cidade planejada para o trabalho e lazer conta, atualmente, com quase três milhões de habitantes, vindos das mais diversas regiões do país e do mundo, com costumes e hábitos variados. Essa composição plural na capital do Brasil é marcante e fica evidente no seu cotidiano, apesar da cidade já apresentar algumas particularidades características na sua identidade cultural, ainda que em processo de formação. A interação entre seus/suas moradores/as é diária e ocorre em diversas áreas da cidade, mas, principalmente, no centro dela (Plano Piloto), pelos mais diversos motivos (trabalho, estudo, lazer, turismo, etc). Os bares da cidade são um dos locais de convivência mais procurados pelos/as brasilienses e seus/suas visitantes, mas sua frequência ocorre por motivações diversas e proporciona uma série de outras possibilidades, como, por exemplo, o consumo de bebidas alcoólicas, a socialização e outros. Considerando essa dinâmica dos/as moradores/as de Brasília e essas múltiplas possibilidades nos bares, essa pesquisa teve como objetivo compreender os processos de subjetivação dos/as jovens adultos/as brasilienses que frequentam os bares do Plano Piloto. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de base cartográfica, em dois bares da cidade, utilizando o diário de campo, a observação participante, um questionário sociodemográfico e um grupo focal. As análises das informações foram desenvolvidas com luz a análise de discurso foucaultiana, a partir de três eixos: (i) Cultura de Convivência em Brasília; (ii) Bares da cidade planejada; (iii) Jovens-adultos/as de Brasília, bares e o consumo de álcool. A partir das análises, compreendeu-se que a vivência em Brasília é perpassada por uma lógica elitizada e proporciona um sentimento de solidão em seus/suas moradores/as. Os bares, emergem enquanto um dispositivo de cuidado e um movimento de resistência dessas pessoas.

Palavras-chave: Brasília, bares, bebidas alcoólicas, cartografia, convivência.

Introdução

Diariamente presenciamos reportagens e debates relacionados a temática das “drogas” e da “drogadição”, também sendo recorrente vermos peças publicitárias promovendo a comercialização e a consumação de bebidas alcólicas, principalmente a cerveja. O consumo de drogas é debatido por diversas áreas do conhecimento, desde a área jurídica a áreas da saúde. Mas o que se entende por droga?

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), “droga” é qualquer substância, não produzida pelo organismo, que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais sistemas do corpo humano causando alterações em seu/s funcionamento/s (Formigoni et al., 2017).

Existe uma grande variedade de drogas que apresentam diferentes efeitos sobre o corpo humano e sobre as vivências das pessoas. Apesar dessa numerosa quantidade, compreende-se que a relação com essas drogas, bem como seus efeitos, devem ser analisados dentro de um contexto (Barral, 2012), dada sua relação com o indivíduo ou grupo.

A bebida alcoólica, ou apenas álcool, é uma substância bastante disseminada e aceita socialmente, mas com efeitos, muitas vezes, nocivos. Essa substância pode causar diferentes efeitos no ser humano e seu consumo está vinculado a diversas razões e ocasiões. Podendo causar, por exemplo, uma desinibição do comportamento que muitas vezes facilita as interações sociais em mesas de bares e festas (Formigoni et al., 2017) e pode levar ao abuso.

O uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas não é um fenômeno moderno e nem característico a uma única cultura. Durante milhares de anos o ser humano tem feito uso dessas substâncias por motivos culturais, religiosos, de sociabilidade (Machado & Boarini, 2013), ou por questões afetivo-emocionais.

Atualmente, os espaços urbanos de maior consumo de álcool são bares e botecos. Estes concentram pessoas de diferentes idades, gêneros, classes sociais e ocupações profissionais e assim se configuram como um espaço de diferentes motivações, experiências,

afetos, percepções e objetivos.

A juventude adulta brasiliense representa um dos públicos que procura esses espaços para ocupar seu tempo, socializar, conviver, lazer, dentre outros. Moradores/as de Brasília, entre 18 e 30 anos, sejam eles/as estudantes, funcionários/as locais, servidores/as públicos/as ou sem ocupação profissional, frequentam os bares para interagir com seus grupos sociais, beber, divertir-se, dialogar, romper com suas rotinas, dentre outros.

Com isso, tem-se verificado um aumento no consumo de bebidas alcoólicas em Brasília nos últimos anos, especialmente entre março de 2004 e outubro de 2011, sobre a maior presença de jovens-adultos em bares da Asa Norte (Barral, 2012). Portanto, te pergunto: por que esse movimento vem acontecendo?

Brasília foi projetada para simbolizar o processo de modernização do Brasil e é marcada por um multiculturalismo característico de seus imigrantes. Contudo, observa-se que a cidade não proporciona muitos lugares democráticos de socialização para os/as seus/suas moradores/as (Carvalho, 2015), o que abre espaço para os bares serem espaços de predileção para o entretenimento, a interação social, a convivência e, conseqüentemente, o consumo de bebidas alcoólicas.

Entendendo que os bares são locais muito frequentados por esse público, esse cenário possibilita o acesso a esses/as jovens e, assim, a compreensão dos processos de subjetivação e vivências dessas pessoas de Brasília.

Foucault, a partir do final dos anos 1970, procura debater os processos de subjetivação. O autor entende que para compreendê-los em sua integralidade, é necessário analisarmos sua relação com a ética e o social, conversando com as experiências dessas pessoas. Apesar de ser um processo individual, este é atravessado por dispositivos, discursos e jogos de verdade e outras pessoas. Dessa forma, Revel (2005) esclarece que os processos de subjetivação, para Foucault, são, antes de tudo, um processo de assujeitamento, objetificação

e resistência.

Assim, a possibilidade de produzir conhecimento sobre a realidade dos jovens de Brasília para além do âmbito universitário, realidade ainda pouco explorada, no que tange o consumo de álcool e suas relações com os bares da cidade ressaltam a relevância do presente estudo. Ainda, os resultados aqui encontrados podem reverberar na construção de arcabouços teórico-práticos para a atuação de psicólogos/as e no fornecimento de dados para políticas públicas, especialmente nas áreas de redução de danos e saúde coletiva.

O III Levantamento Nacional de Consumo de Álcool e Outras Drogas (Bastos et al., 2017) nos alarma também que os maiores consumidores de álcool no Brasil, em 2015, foram pessoas entre 18 e 34 anos e quase sete milhões de jovens, entre 12 e 17 anos, reportaram já ter consumido bebida alcoólica (Bastos et al., 2017). Mais especificamente, uma pesquisa realizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS, 2017) indicou que o Distrito Federal possui o maior consumo abusivo de bebidas alcoólicas do país.

Frente ao cenário nacional e regional apresentado, esta pesquisa buscou compreender os processos de subjetivação dos/as jovens-adultos/as moradores/as de Brasília que frequentam bares do Plano Piloto (Piauí e Vale da Lua), buscando analisar a percepção desse público sobre o consumo de álcool, a representação dos bares para a juventude brasiliense e explorar a relação desses/as jovens-adultos/as com a cidade e seus espaços de socialização/entretenimento.

Fundamentação Teórica

Brasília

Brasília não é só patrimônio tombado, tampouco um espaço vazio no meio do Planalto Central. Brasília é materialização dos contrastes e da diversidade brasileira presente em um só espaço, numa coexistência harmônica. Brasília é única (Albernaz, 2009, pp. 44).

Da profecia de Dom Bosco, do traço criativo de Lucio Costa, da arquitetura de curvas de Oscar Niemeyer, da obstinação de Juscelino Kubitschek e do esforço dos/as trabalhadores/as pioneiros/as, nasceu, em 1960, uma cidade ímpar no Brasil: Brasília, a “capital da esperança” (Albernaz, 2009; Rodriguez, Ferreira & Dutra, 2007; Oliveira, 2004). Apesar de sua pouca idade, a história de Brasília remete ao século XVIII, muito antes de sua concretização (Rodriguez, Ferreira & Dutra, 2007).

Erguida no Planalto Central, no meio de um bioma — o Cerrado — e clima singulares, a cidade foi fundada para reunir e integrar os Três Poderes e para simbolizar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos seus habitantes a partir da concepção modernista de centros urbanos do século XX. Desenvolvida para comportar a estrutura administrativa do governo brasileiro, sua construção também visou promover o progresso da região Centro Oeste (Freitas, 2017). Nesse sentido, Rodriguez, Ferreira e Dutra (2007) apontam que “Brasília é a expressão máxima da Arquitetura Moderna” (pp. 5).

Planejada com foco no futuro e na modernidade e também com contrastes do lírico e do funcional, do bucólico e do urbano, e do trabalho e do lazer. Fora projetada para contar com vastos horizontes e amplas avenidas, buscando valorizar seus jardins e paisagismo (Albernaz, 2009), apesar da “desvirtuação” de suas linhas no decorrer do tempo ocasionadas

pelo crescimento desconsiderado em seu projeto inicial.

Estima-se que, atualmente, Brasília conta com quase 3 milhões de habitantes e uma população formada por migrantes de diversas regiões do Brasil, seus/suas filhos/as, netos/as e bisnetos/as aqui nascidos, e imigrantes dos diversos países do mundo, residindo nos bairros e “cidades-satélite” (Albernaz, 2009; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018), também conhecidas como Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal.

Apesar do projeto original de Brasília não considerar as cidades-satélite, algumas destas são anteriores a Brasília e fruto, principalmente, da necessidade de abrigar, desde a época da construção, os/as operários/as que trabalhavam na criação da cidade e suas famílias. Essas cidades se transformaram e vêm se transformando em importantes centros econômicos do Distrito Federal (Albernaz, 2009), bem como vêm se desenvolvendo ao longo do tempo para dar conta das várias demandas de seus/suas moradores/as.

Os/as residentes dessas regiões administrativas não se restringem, espacialmente, a suas cidades, transitando por todo o Distrito Federal. Isto é, Brasília, enquanto Plano Piloto, conta no seu dia a dia com pessoas que vêm das diversas RAs à trabalho, lazer e outros.

Cultura de Brasília?

Falar de cultura é um processo complexo e sempre carrega uma escolha interpretativa específica tendo em vista os/as diversos/as autores/as que abordam a temática de pontos teóricos e etiológicos bem distintos. Da mesma forma, falar de uma cultura única em Brasília pode ser um caminho tortuoso, pois a cidade apresenta uma grande diversidade regional dos/as moradores/as que nela habitam e também devido a idade da cidade, que atualmente possui 59 anos (Pessoa, 2013).

Pessoa (2013) afirma que a identidade cultural de Brasília, assim como em outras cidades, ainda se encontra em processo de formação e consolidação. Além disso, Hall (2006)

aborda que a identidade é algo em constante formação, por meio de processos inconscientes, desde o nascimento.

Dada as várias influências culturais, advindas de diferentes partes e pessoas do país e do mundo, que perpassam o contexto brasileiro, é possível constatar um dinamismo mais intenso no processo de transformação e formação desta identidade (Albernaz, 2009; Pessoa, 2013).

Outro fator de grande influência para esse processo é a geografia particular da cidade planejada, uma vez que as identidades construídas no Plano Piloto são, em parte, diferente das identidades das cidades-satélite devido à realidade local e à concentração de culturas mais tradicionais em cada bairro/RA (Albernaz, 2009).

Albernaz (2009) afirma que todos os grupos sociais do Distrito Federal estão expostos às diferentes culturas que ali existem, mas no Plano Piloto, devido a acentuada natureza de circulação de pessoas nos bairros e, conseqüentemente, sua intensa interação, a fronteira entre uma cultura e outra se torna mais tênue, possibilitando a apropriação e constante transformação desta identidade cultural.

Apesar da tentativa de caracterizar uma identidade cultural ser uma tarefa complexa, que exige um cuidado para não recorrer a um reducionismo, pode-se ressaltar particularidades e padrões nos habitantes de Brasília, mesmo com toda sua diversidade e dinamismo. Como exemplo, a “frequentaçã” regular à certos locais, como bares e shoppings na busca de lazer pelo brasileiro.

Locais de entretenimento, lazer e diversão em Brasília

“O lazer no bar comparece como sentidos de vida, de movimento, de sinergia, de animação, de provocação de estímulos, de pragmatismo.” (Barral, 2012, pp. 20)

Brasília foi construída para abrigar o mundo do trabalho e ser sede do poder, principalmente. Entretanto, outra preocupação perpassou, de uma forma muito singular e intencional, o planejamento inicial desta cidade, o pressuposto da socialização, da circulação, da amplidão, da vizinhança, das áreas verdes, da disposição das superquadras com seus blocos sobre pilotis, térreos com acesso livre e espaços mais humanizados, sustentado em seu “plano piloto”. Este conjunto de particularidades são essenciais e inerentes na vivência do lazer de seus/as moradores/as (Rodriguez, Ferreira & Dutra, 2007), mesmo para aqueles que não moram no Plano Piloto.

Conceituar lazer, assim como cultura, não é uma tarefa simples, dada as diferentes concepções teóricas e singulares em cima deste termo e vivência. Bramante (1998, citado por Rodriguez, Ferreira & Dutra, 2007) explica que o lazer é um fenômeno pessoal, evidenciando a criatividade e o prazer como elementos essenciais. Dessa forma, cada pessoa tem sua forma subjetiva de ocupar seu tempo livre com o que lhe dá prazer.

Já para Dumazedier (1976, citado por Barral, 2012), este se configura a partir de três funções fundamentais: o descanso; o desenvolvimento humano; a distração; e o divertimento e entretenimento. Estabelecendo assim uma relação entre o individual, o social e a cultura.

Rodriguez, Ferreira e Dutra (2007) afirmam que é fundamental fazer a distinção entre lazer e trabalho, uma vez que o lazer está associado a um caráter de “livre escolha, a qual deve promover satisfação e realização no indivíduo” (pp. 7). O que evidencia a vivência subjetiva do sujeito, uma experiência singular, podendo ser compartilhada, ou não, por um grupo de pessoas como faceta importante para o lazer.

À primeira vista, portanto, pode-se compreender como um fenômeno inverso ao trabalho, tendo em vista sua relação com o tempo que “sobra” após a realização das obrigações, o tempo livre. Contudo, deve-se visualizar o lazer sob o tríplice aspecto “atitude, tempo, espaço”, nesta interpretação Rodriguez, Ferreira e Dutra (2007) afirmam que “os

valores em questão vão do objetivo ao subjetivo, do quantitativo ao qualitativo, do concreto ao abstrato” (pp. 8). Dessa forma, tem-se buscado entender mais o aspecto “atitude” cada vez mais, levando em consideração a subjetividade do sujeito na escolha e prática de seu lazer (Rodriguez, Ferreira & Dutra, 2007).

Barral (2012) afirma que os estudos sobre o lazer envolvem questões políticas, econômicas, culturais, biológicas, sociais, e que, por isso, é uma categoria complexa, ambígua e tensa. É importante ressaltar, apesar de não citado pelo autor, também uma questão psicológica no entendimento dessa vivência/conceito.

A fim de evitar ambiguidades, optou-se pela definição trazida por Marcellino (1987, citado por Oliveira, 2004), o qual estabelece que lazer é “uma atividade de escolha individual, praticada no tempo disponível e que proporcione determinados efeitos, como o descanso físico ou mental, o divertimento e o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade” (pp.13). Cabendo acrescentar, como abordado por Barral (2012), a compreensão de que essa escolha individual é atravessada por questões econômicas, sociais e políticas.

Dessa forma, a característica que destacamos do lazer é o desenvolvimento da autonomia que este oferece ao sujeito, mesmo que perpassada — quando não limitada — por outras questões. Entendendo que o lazer permite que o indivíduo conheça e se conheça, experimente e se experimente, supere e se superar e se expresse (Oliveira, 2004).

Ainda, ressaltamos que, no desenvolvimento de sua prática, os sujeitos estão se relacionando com vários conteúdos e valores culturais, seja na troca individual ou grupal. Por exemplo, uma pessoa, ao encontrar amigos/as em um bar, está desenvolvendo uma prática associativa, como também uma intelectual, turística, política, dentre outras (Barral, 2012).

Tendo em vista as funções do lazer, bem como o caráter subjetivo e o social, pode-se entender os bares como locais de lazer. A rotina de estudos, trabalhos e outras obrigações

levam o sujeito a buscar divertimento, entretenimento, como forma de integrar-se socialmente sem as obrigações e pressões muitas vezes exigidas nesses ambientes “formais”. Oliveira (2004) afirma ainda que o lazer é, ou deveria ser, a total liberdade de expressão dos sujeitos.

Em Brasília, embora planejada sobre os princípios de uma cidade para o “tripé” moradia, trabalho e lazer (Barral, 2012), é recorrente ouvirmos discursos sobre “a falta do que fazer” na cidade, a ausência de locais variados de lazer, principalmente após determinado horário. Essa particularidade pode estar relacionada com a Lei Distrital nº 4.092 de 2008, também conhecida como Lei do Silêncio¹, e com características estruturais da cidade. Os bares do Plano Piloto aparecem como lugares e opções de lazer para seus/suas residentes e turistas.

Situados em diversos locais da capital, o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Distrito Federal (Sindhobar²) apresenta que, em 2004, o Distrito Federal contava com 6.344 bares, estando 22,83% deles no Plano Piloto (Barral, 2012; Oliveira, 2004). Considerando que a contabilização foi apenas dos bares registrados e as mudanças ocorridas nos últimos quinze anos, sabe-se que este número cresceu, como informado, mas não documentado, pelo diretor executivo da Abrasel³.

Barral (2012) afirma que os números de eventos, espaços e equipamentos de lazer, no Distrito Federal, são variados e têm crescido a cada dia e, portanto, a cidade não deixa a desejar em opções de entretenimento e lazer. No Plano Piloto, por exemplo, pode-se ir, diariamente, a bares, restaurantes, cinemas, teatros, exposições, museus e, não dificilmente, a

¹ Esta lei dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal.

² Sindicato e agência de serviços que atende as necessidades e expectativas da categoria, oferecendo benefícios como assistência jurídica gratuita e convênios aos/as associados/as.

³ A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes é uma organização de cunho associativo empresarial que tem como missão representar e desenvolver o setor de alimentação fora do lar (AFL), facilitando o empreendedor e melhorando a qualidade de vida no País, como informado pelo site <https://df.abrasel.com.br/abrasel/>.

festas e shows musicais nacionais e internacionais (Barral, 2012).

Barral (2012) coloca:

Foi-se o tempo em que Brasília não oferecia opções de lazer e entretenimento aos seus moradores e visitantes. Embora haja divergências quanto às condições de lazer, a cidade, que é centro do poder político e das grandes decisões do país, oferece, cotidianamente, diversas opções para todas as idades, estilos, gostos. Das visitas aos monumentos à agitação noturna, Brasília oferece várias possibilidades de vivência e experiências no tempo livre. Em termos quantitativos e qualitativos, a cidade apresenta uma multiplicidade de opções de lazer. (pp. 212)

Entretanto, nota-se algumas limitações e deficiências relacionadas ao lazer em Brasília. Um fator limitador está na deficiência do sistema de transporte público, seja na precariedade da frota/variedade (ônibus ou metrô), na condição dos ônibus, no preço (muito alto) das passagens e/ou nos itinerários e horários desorganizados. A centralização desses locais no Plano Piloto ou proximidades, os custos associados a estes “lazers”, como os preços dos ingressos e alimentação nos locais, e, também, a falta de estrutura nos lugares, como o investimento nas orlas do Lago Paranoá são outros fatores.

Barral (2012) reconhece que conceituar o lazer e determinar onde ele se realiza não é uma tarefa fácil, uma vez que envolve uma questão subjetiva (escolha pessoal), com viés espontâneo, quase sempre prazeroso, isto é, os significados dados a esse conceito mudam de pessoa para pessoa. Contudo, o que pode ser observado é que, dentre todas as modalidades de lazer em Brasília, frequentar bares tem sido uma prática preferencial no tempo livre do brasileiro (Barral, 2012).

Bares locais

“O bar é, na linguagem comum, uma realidade mundana, lugar para bebidas, mas

também para uma série de outras possibilidades (...)” (Barral, 2012, pp. 29)

Brasília simboliza a idealização e a construção de uma cidade planejada, estruturada para um uso organizado de seus espaços, apesar de seu crescimento para além dos seus desenhos originais. A partir de uma concepção rígida de setorização, o Plano Piloto se apresenta com setores de diversões, hoteleiros, de rádio e televisão, de autarquias, bancários, hospitalares, superquadras e seus comércios locais, bem como a construção de colégios próximos a estas quadras.

Apesar dessa característica, os bares da cidade não se limitam a um setor específico — o de diversão —. Eles estão distribuídos nos diversos comércios locais e outros tantos endereços no Distrito Federal. Barral (2012) afirma que “no início não era assim, eles eram poucos, mas foram ocupando outros espaços planejados e os vazios de Brasília.” (pp. 29).

Uma das primeiras formas de lazer implementada, em Brasília, foi o bar. Do ponto de vista histórico da cultura local, Barral (2012) evidencia que os bares, são parte da tradição de Brasília, bem como revelam-se enquanto “condição genealógica” (pp. 30) da cidade, dada sua existência desde antes da inauguração.

Nota-se que as “funções” dos bares da capital mudam com o tempo e a realidade sócio-contextual. Na década de 60 os bares eram procurados para restauração do cansaço dos/as pioneiros/as construtores/as, ainda que entendidos como local de lazer. Hoje, entretanto, configuram-se como espaços de prazer, de convivência, dos diversos “tipos” de moradores/as e também de participação na vida pública, política e cultural da cidade (Barral, 2012).

Foram e são nos balcões, nas mesas e cadeiras desses lugares que as pessoas se encontravam/encontram e se reúnem/reúnem. São nesses espaços que a cidade fala de seus/suas moradores/as, dos assuntos da vida pública e privada de seus/suas residentes e

visitantes e fala de si, entre comidas, bebidas (Barral, 2012) e muitas conversas.

Atualmente, os bares da capital, enquanto espaço de convivência e frequência, vêm se afirmando como prática de ocupação do tempo livre e do espaço, como locais de lazer e, principalmente, como uma forma de sociabilidade que propagou vida para Brasília com o passar das décadas. Bem como um espaço com forte carga afetiva: amizades e outros sentimentos (Barral, 2012).

Estes lugares podem assumir, então, múltiplas funções e significados para os brasilienses. São espaços de encontros, celebração, paqueras, consumo (Barral, 2012), descobrimentos e esquecimentos, frequência e passagens, resistências e ocupações, lutas e disputas, diálogo e silêncio, produção e reprodução, encontros e desencontros, começos e terminos, confraternizações e alívios. São locais de afirmação, de contradição, de tradição, de inovação, de criatividade e de repouso, do desconhecido e da intimidade, do individual e do coletivo.

Barral (2012) expõe que, apesar dessas características mais evidentes, outros significados podem ser atribuídos, dadas as especificidades culturais, sociais e locais, uma vez que se caracteriza como espaço de ocupação do tempo livre, conversação, prática do lazer e socialização. Mesmo dentro de Brasília, estes locais podem assumir diversos papéis, por isso a necessidade de ouvir seus/suas frequentadores/as e entender o lugar desses espaços na subjetividade dos/as moradores/as da cidade.

Brasília, lazer e os bares

“O bar não está isolado da vida da cidade, é parte de sua localidade. Ele proporciona coesão e sentimento de pertencimento que configura a extensão de sua sociabilidade.”

(Barral, 2012, pp. 183)

Um número grande de brasilienses critica a variedade de lazer em Brasília e as condições associadas a certas práticas do lazer. Especialmente aquelas relacionadas a cultura artístico-intelectual, como espetáculos, cinema, teatro e shows, devido a questões econômicas (custo), transporte e frequência de eventos, o que ressalta a facilidade encontrada nos bares como opção para lazer (Barral, 2012).

Barral (2012) afirma que “a busca por lugares alternativos, que supram certas carências do lazer, aproxima indivíduos e grupos de bares, principalmente quando se percebe que em Brasília os bares estão em todos os lugares” (pp. 205).

Estes locais bares vêm desenvolvendo uma importância ímpar na vida de Brasília, por diversos fatores “internos” (de Brasília) como, por exemplo, a grande quantidade de estabelecimentos desta natureza na cidade, os serviços e produtos oferecidos, a forma de sociabilidade que proporciona e desenvolve (prazer e/ou descanso), a relação custo-benefício e até o clima da cidade, além dos fatores “externos”, como, por exemplo a qualidade e criatividade das propagandas, as estratégias da cervejarias e suas peças publicitárias, a criação e expansão do mercado de bebidas e suas várias marcas, dentre outros (Barral, 2012; Rodrigues, Muntaser et al., 2013)

Ainda para Barral (2012), apesar dos inúmeros bares na cidade, há muitas semelhanças e muitas diferenças entre eles, bem como entre seus/suas frequentadores/as. E, embora haja essa multiplicidade e, conseqüentemente, heterogeneidades, compreende-se que os estabelecimentos participam na ordenação do espaço e tempo práticos do lazer e do tempo livre de quem vive em Brasília (Barral, 2012).

O autor evidencia que há uma especificidade em torno destes bares, “a relação que esses lugares vêm tramando com a cidade em termos de uso e ocupação dos espaços públicos” (Barral, 2012, pp. 30) desde 2001. Expandindo o lugar privado e semipúblico e atingindo as hordas do espaço público. Desta forma, os bares começam a ganhar visibilidade

como espaço de ocupação do tempo livre e espaço de lazer.

O lazer relacionado aos bares enfatiza outros interesses culturais e psicológicos também, uma vez que esses espaços se configuram como espaço de construção e desenvolvimento de valores identitários e culturais, individuais e coletivos, de laços, e não somente por entretenimento e diversão puramente hedonista. Há trocas de sentidos, representações do mundo, de Brasília, e das rotinas (Barral, 2012).

Se antes esses bares eram somente frequentados pela baixa diversidade de lazer local e para “descanso”, hoje configuram-se como um espaço de interesse, escolha e de múltiplos significados e múltiplas produções de sentido, dentre outras alternativas, dos/as moradores/as de Brasília (Barral, 2012).

Drogas

“Uma determinada substância química se torna uma “droga” em um determinado contexto de relações entre atividades simbólicas e o ambiente, em que operam saberes e poderes.” (Simões, 2008, pp. 17)

‘Drogas ’ não são somente compostos dotados de propriedades farmacológicas determinadas, que possam ser natural e definitivamente classificadas como boas ou más. Sua existência e seus usos envolvem questões complexas de liberdade e disciplina, sofrimento e prazer, devoção e aventura, transcendência e conhecimento, sociabilidade e crime, moralidade e violência, comércio e guerra. (Simões, 2008, pp. 13)

O que é droga?

Quase que diariamente ouvimos o termo “drogas” nos veículos de comunicação, como

jornais e redes sociais e em conversas informais com nossos grupos sociais, como família e amigos/as. É uma temática que vem sendo discutida em diversos contextos e espaços, por diferentes atores.

Nota-se, no Brasil e no mundo, um “amadurecimento acadêmico” nos estudos sobre o consumo de “drogas”. São psicólogos/as, antropólogos/as, médicos/as, historiadores/as, sociólogos/as, juristas, economistas e outros pesquisadores/as evidenciando facetas inusitadas sobre este fenômeno presente em nossa sociedade (Gil & Ferreira, 2008).

Definir o que é “droga” não é, portanto, uma tarefa simples, uma vez que sua conceituação, além das diversas áreas do saber, perpassa questões histórico-culturais e, dessa forma, envolve a relação que a sociedade vem estabelecendo com as substâncias assim caracterizadas. Ainda, envolve as atividades simbólicas e as motivações do/a consumidor/a, bem como os “interesses” do Estado (Becker, 2001, citado por Simões, 2008). Cabe pontuar que definir o que é, ou não, uma droga vai além da questão farmacológica (MacRae, 2001; Simões, 2008)

Mas, a fim de evitar esse relativismo conceitual, abordaremos uma definição a partir da perspectiva biopsicossocial e histórico-cultural, uma vez que procuramos compreender a relação que os sujeitos estabelecem com estas substâncias, entendendo que as drogas não dizem respeito somente às substâncias que produzem algum tipo de alteração corporal (MacRae, 2001; Vargas, 2008), mas sem desconsiderar estes efeitos também.

Etimologicamente o termo “droga” também apresenta controversas, conforme discutido por Corominas (1954, citado por Vargas, 2008). Entre as várias hipóteses e diversas origens encontradas tem-se, por exemplo, a do latim *drogia*, do árabe *durâwa*, do irânico *daruk* e do celta *druko*. Porém pode-se assumir que a origem holandesa é a mais verossímil, na qual o termo deriva do neerlandês *droghe vate*, expressão empregada, de acordo com os registros, desde o século XIV, que significa “barris de coisas secas”, ou seja, as especiarias

(Vargas, 2008).

A emergência desse vocábulo remete a um fenômeno da Idade Média denominado a “Loucura das Especiarias”. Na demanda pelo “gosto do paraíso” vindo pelo uso/consumo das substâncias exóticas (especiarias ou drogas), os povos ocidentais entraram em contato com a civilização Árabe, principalmente após as Cruzadas (Vargas, 2008).

Essa perspectiva demonstra, historicamente, a relação estabelecida entre substâncias exóticas com as pessoas do ocidente, apesar dos registros históricos apontarem que esta relação é muito mais antiga e pode ser encontrada nas mais diversas sociedades (ocidentais e orientais), datando a mais de seis mil anos (Fiore, 2008; Labate et al., 2008).

Porém, foi somente ao longo do século XX que algumas dessas substâncias se tornaram objeto de atenção e de debates dentro e entre diferentes saberes, práticas, falas, contradições e, principalmente, tornaram-se uma preocupação do Estado (Fiore, 2008; Labate et al., 2008; Marras, 2008).

No decorrer da história algumas destas substâncias, as psicoativas, foram categorizadas como “drogas” e passam a ser tratadas como uma questão social (Fiore, 2008, citando Lenoir, 1998). Sendo perpassada por três discursos fundamentais: a moralização, a criminalização e a medicalização (Fiore, 2008).

A partir do entendimento da OMS de “droga” enquanto “qualquer substância, natural ou sintética, que, introduzida no organismo, interfere no seu funcionamento”, essa “questão” se desvincula de seu histórico complexo e multifacetado e passa a ser compreendido como um fenômeno recente que se constitui como um problema social quando se torna objeto de ampla atenção (Fiore, 2013; Fonte, 2006).

A “questão da droga” passa a ser vista como um “problema público-social”, um problema de segurança e saúde pública, com alto custo social, traduzido em possíveis acidentes de trânsito, variadas formas de violência, prisões, internações psiquiátricas e

ausências na escola e no trabalho (Lins & Scarparo, 2010; Marras, 2008). E, conseqüentemente, surge um amplo aparato jurídico para regulamentar essa questão.

Para fins de entendimento legal sobre a definição de “drogas”, a Lei nº 11.343 de 2006⁴ dispõe que “drogas” são todas e quaisquer substâncias ou produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Cabe ressaltar ainda que o termo droga, atualmente, é socialmente associado quase que diretamente às substâncias psicoativas ilícitas, como a maconha, a cocaína, o crack, heroína, LSD, dentre outros, apesar dos diferentes objetivos no uso e nos efeitos entre essas substâncias, bem como suas associações à criminalidade e violência urbana (Simões, 2008).

Substâncias psicoativas (SPAs) — lícitas e ilícitas

Sem dúvida é importante conhecer os produtos e suas propriedades, mas esse é apenas um dos eixos da questão. É preciso levar em conta também a relação humana com tais produtos, as motivações e os sentidos ligados à produção e ao uso de substâncias específicas. (Simões, 2008, pp. 16)

Como podemos observar, há uma diferença simbólica-conceitual entre os termos “drogas”, substâncias exóticas, substâncias lícitas e ilícitas, substâncias psicoativas, dentre outros. Por isso, até o momento, escrevemos “drogas” sempre entre aspas, buscando nos distanciar do sentido mais comum, e negativo, atribuído a este termo, porém a partir daqui seguiremos sem o uso das aspas, considerando a compreensão construída da relação das drogas com os sujeitos e sua colocação e aplicação ao longo da história.

⁴ Esta lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas — Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências.

Vale ressaltar ainda que há uma divisão quanto a legalidade dessas drogas, sendo divididas entre lícitas e ilícitas. Na Portaria/SVS nº 344, de 12 de maio de 1998⁵, que é responsável por estabelecer quais são as substâncias que serão abrangidas pela Lei nº 11.343, de 2006, podemos encontrar uma listagem de quais substâncias são lícitas e quais são ilícitas.

As drogas lícitas são as SPAs ou psicotrópicas cuja produção, comercialização e consumo não constituem crime, destacando-se o tabaco, o álcool e algumas remédios, como antidepressivos e ansiolíticos. Já as drogas ilícitas, em contraponto, são SPAs ou psicotrópicas cuja produção e comercialização constituem crime, como a maconha, cocaína, crack e outras (Gonçalves, n.d.).

Referindo-se agora à expressão “substâncias psicoativas” na designação de drogas e buscando compreender melhor esta expressão através dos seus efeitos no corpo, destaca-se o termo “psicoativo”. Este é um dos termos designado para fazer referência às substâncias capazes de modificar as funções do sistema nervoso central (SNC), gerando estados alterados de consciência, sentimento, comportamento e/ou humor dos/as consumidores/as (Fernandes et al., 2017; Simões, 2008).

Essas alterações podem variar de um estímulo leve, ocasionado pelo consumo de cafeína através de uma xícara de café, até modificações mais intensas na percepção do espaço, do tempo ou do próprio corpo, como as que podem ser desencadeadas por “anfetaminas psicodélicas” sintéticas, como o MDMA (Simões, 2008).

O importante para nosso entendimento é compreender que o uso das substâncias psicoativas lícitas é feito diariamente por grande parte dos/as brasileiros/as, seja no consumo do café, no uso de remédios psicotrópicos, na bebida alcoólica ou no cigarro, bem como no uso das substâncias ilícitas, como a maconha (Simões, 2008).

⁵ Esta portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

História das drogas

“Para o bem ou para o mal, as drogas estão na cultura. Ou melhor, nas culturas e, portanto, não podem ser entendidas fora delas.” (Gil & Ferreira, 2008, pp. 11)

Entende-se necessário abordar a questão histórica por trás das drogas, não somente para sua terminologia, mas, também, para entendermos as variadas feições e significados que o uso e consumo dessas substâncias assumiram nas diferentes épocas e culturas e, principalmente, como estes contextos influenciam a compreensão, as vivências, e as múltiplas práticas contemporâneas (MacRae, 2001; Simões, 2008).

Há evidências que, desde a pré-história, os integrantes das diversas culturas humanas, tanto ocidentais, quanto orientais, utilizavam algumas substâncias de origem animal e plantas para provocar alterações de consciência por diferentes fins. Sumérios, babilônicos, egípcios, gregos, chineses, e outros registraram essa interação das mais variadas formas, exercendo um papel ativo na busca e no consumo delas (Fonte, 2006; MacRae, 2001, Simões, 2008).

Observa-se que o uso dessas substâncias expressa inúmeros objetivos em cada civilização e cada ritual desde milênios antes de Cristo (A.C.), como, por exemplo, a comunicação com os espíritos, a socialização, a potencialização dos desejos sexuais, a meditação, a comercialização, a medicalização, a celebração e recreação, a alteração da consciência e outros (MacRae, 2001).

Entende-se também que o consumo de drogas é estruturado e condicionado por forças históricas e culturais mais amplas, remetendo a várias esferas da vida humana, estando conectado, então, além das especificidades individuais e subjetivas, a fenômenos religiosos, movimentos de construção e reconstrução de identidades de minorias sociais, geracionais, étnicas, de gênero, ou ainda a produções estéticas (Gil & Ferreira, 2008; Simões, 2008).

Essa diversidade na interação dos seres humanos com as substâncias ao longo dos anos e dos mais diferentes contextos histórico-culturais é reflexo da própria diversidade cultural mundial, assim como, voltando o olhar para nossos solos, brasileira também (Gil & Ferreira, 2008).

No Brasil, a história da interação com as drogas envolve tanto os aspectos culturais da população nativa como os de nossos colonizadores e os escravos africanos. Há registros, do início da colonização, do costume indígena de produção e de consumo de uma bebida forte, fermentada a partir da mandioca, nomeada “cauim”. Ela era usada em festas e em rituais, dentro de uma agenda cultural bem definida. Os índios daqui também consumiam o tabaco, que, até então, era desconhecido dos povos europeus (Andrade & Espinheira, 2017).

Apesar de não conhecerem o “cauim” e o tabaco, os colonizadores já tinham contato com a cerveja e o vinho e não tardaram a aprender a fazer e consumir a cachaça a partir dos processos com a cana-de-açúcar. Esta bebida era usada para alterar consciência, para açoitador espíritos em festas, para calar as dores do corpo e da alma, para ativar coragem em covardes e para aplacar traições e ilusões (Andrade & Espinheira, 2017).

Outros registros do uso de substâncias em terras brasileiras estão relacionados aos primórdios da colonização, por meados de 1550, em que o “fumo-da-angola” ou cânhamo (maconha), trazido pelos escravos negros em bonecas de pano, chegava ao nosso território e disseminava-se rapidamente entre nossos índios, que passaram a cultivá-la (Carlini, 2006).

Drogas e Contemporaneidade brasileira

“A amnésia histórica que alimenta a retórica proibicionista de converter as “drogas” em malefício absoluto deixa de considerar que muitas delas tiveram um papel central na configuração do mundo que atualmente conhecemos.” (Simões, 2008, pp. 15)

Apesar da rica história do uso consumo das drogas, é interessante notar a denotação e conotação “prejudicial” que o uso dessas substâncias tomou ao longo do tempo, bem como os interesses políticos e econômicos aí existentes. A partir de uma lógica — norte-americana — proibicionista, o uso e consumo dessas substâncias, mesmo sem casos de dependências, passa por regulações, diretas e indiretas do Estado (Simões, 2008).

Ainda, mesmo com o gradual reconhecimento da relevância de estudos, pesquisas e abordagens que enfatizam esses aspectos culturais do uso de drogas, a lógica de raciocínio que impera sobre os estudos do consumo baseia-se quase que exclusivamente nas propriedades bioquímicas das SPA e seus efeitos, desconsiderando as múltiplas vivências e objetivos de seu uso (Gil & Ferreira, 2008; Simões, 2008). Essa limitação da sua compreensão embasa, não só a opinião pública, mas também as políticas públicas atuais relacionadas às drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

Assim, o uso de drogas assumiu, nas sociedades contemporâneas, proporções de uma preocupação central no debate público, sobretudo por essa representação e associação das drogas com o perigo (Simões, 2008), “esquecendo” e excluindo as demais possibilidades que o uso delas pode proporcionar, como encontros sociais, celebrações e eventos religiosos.

Esse viés de ameaça à família, à ordem pública, à saúde, à juventude e outras instâncias, que estrutura quase todos os debates do tema drogas, promove uma distorção determinante e reducionista, uma vez que tende a conferir à existência de drogas a compreensão universal de “encarnação do mal”. Desta forma, as drogas passam a ser um problema que deve ser definitivamente eliminado por meio da repressão e proibição (Simões, 2008).

Porém o fato é que independentemente de qualquer viés ou interesse público, o uso e consumo de drogas, sejam elas ilícitas ou lícitas, ocorre em todo mundo, e no Brasil não seria diferente. Vemos as pessoas consumirem drogas diariamente e nos mais diversos lugares,

portanto, entende-se como fundamental compreender a interpretação que estes sujeitos dão à sua experiência com as “drogas, entendendo quais as motivações levam a um consumo esporádico ou recorrente, quais suas crenças e sentidos, sua importância, sua satisfação e suas necessidades nesta relação (Fiore, 2013; Simões, 2008).

Para evidenciar esta relação dos sujeitos com estas substâncias, nota-se, em uma pesquisa realizada em 2005 no Brasil, que 22,8% da população pesquisada já fizeram uso de drogas na vida, fora tabaco e álcool. Sendo o uso da maconha o que aparece em primeiro lugar entre as drogas ilícitas, tendo sido indicado por 8,8% dos entrevistados o seu consumo em algum momento da vida (Galduróz et al., 2017).

Em pesquisa do Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID, 2006) foi encontrado que 74,6% dos brasileiros já consumiu álcool e 44% já utilizou tabaco, enquanto 65,1% relataram que teriam fácil acesso para conseguir maconha se desejassem, bem como 55,1% indicaram acesso relativamente fácil sobre a cocaína.

Estes números indicam que as drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, estão presentes na nossa sociedade. O uso de substâncias como o álcool, em doses e frequência moderada, não traz riscos à saúde de um indivíduo sem complicações em seu histórico médico. Pergunto-me eu, então, em uma breve e final indagação sobre o tema: quantos dos/as meus/minhas leitores/as nunca tomou um copo de cerveja, uma taça de vinho ou fumou um cigarro?

Proibicionismo

Entendendo que as pessoas utilizam drogas há muitos anos, por diversos motivos e objetivos e nas circunstâncias mais variadas, compreende-se, então, que não há pretexto para supor que deixarão esse hábito pessoal e cultural de lado (Fernandes et al., 2017; Fiore, 2013; Simões, 2008). Apesar desse esclarecimento, observa-se um movimento político exatamente oposto quando se refere as substâncias classificadas como ilícitas.

Cabendo aqui alguns questionamentos que não irei aprofundar nas linhas a seguir, mas que me inquietam ao debater sobre a temática: o que torna uma substância ilícita, vulgarmente entendida como ilegal? Quais os interesses do Estado por trás dessas classificações? Qual/is discurso/s é/são legitimado/s sobre os consumos dessas substâncias e por quê?

A associação entre o consumo de drogas e o “vício” ou “dependência” é um agravante na concepção e no debate sobre estas práticas. Por conta dessa associação, é entendido que as drogas são graves problemas à saúde pessoal e à ordem pública. Ainda como consequência direta dessa percepção, a própria existência das drogas é compreendida, unilateralmente, como um perigo em si e uma ameaça à sociedade (Simões, 2008). Essa ameaça, aos entendimentos do Estado, precisa ser “resolvida” o que tenta-se realizar através das leis e políticas públicas.

Estrutura-se, assim, pelo Estado e pelo entendimento popular, o cenário da ‘guerra às drogas’, que leva a violência, estigmatização e exclusão de seus/suas usuários/as, além dos reducionismos e determinismos intelectuais, em um tipo de espiral viciosa que potencializa a repressão e naturaliza a ilegalidade (Simões, 2008), sem espaços para questionamentos ou individualidades.

Em seu papel, o Estado estipula uma política sobre as “drogas” recorrendo a duas atribuições inalienáveis e fundamentais para seu funcionamento: a fiscalização, que está subordinada a normas penais previamente determinadas e a regularização, sancionada por mecanismos legislativos (Gil & Ferreira, 2008).

Sabe-se ainda que o Brasil foi, juridicamente, orientado pelos princípios do *International Narcotics Control Board*, resultado da Convenção da ONU de 1971, que deixam de reconhecer as tradições culturais das populações existentes no território brasileiro, como as afrodescendentes e indígenas, sobretudo nos usos ritualísticos e culturais de algumas

SPAs, engessando ainda o entendimento de práticas multiculturais, como o uso do álcool (Gil & Ferreira, 2008).

Ao desconsiderar os diferentes contextos culturais e desconhecer tais singularidades, o Estado acaba legislando e atuando de forma indiferente e estanque as distintas apreensões culturais e vivências subjetivas, e, assim, torna-se quase impossível diferenciar, caracterizar e considerar as implicações dos variados fins de consumo (Gil & Ferreira, 2008), bem como valorizar políticas que não tenham um papel proibicionista, como as de redução de danos.

Nesse sentido, a Lei nº 11.343 de 2006, que regulamenta as políticas brasileiras referentes às drogas, ainda não reconhece a utilização cultural de certas SPAs vinculadas a rituais, como também não possui — ainda em 2019 — classificações e penalizações distintas para os usos tradicionais de algumas substâncias (Gil & Ferreira, 2008), apesar dos avanços referentes a penalizações diferenciadas para usuários/as e traficantes.

A atual legislação não contempla todas as singularidades, individuais e culturais e esta ausência de distinção promove uma desconfiança legal, moral e policial frente a quase todos/as os/as usuários/as de algumas drogas, independente de seus contextos culturais e hábitos (Gil & Ferreira, 2008).

Apesar dos atrasos legais frente a algumas substâncias e suas consequências diretas e indiretas, o Ministério da Cultura vem, desde 2004, manifestando a importância da incorporação de análises para além da lógica biomédica. Isto é, o Estado vem reconhecendo o papel fundamental desempenhado pela cultura (seus contextos e atores) no entendimento dos efeitos provocados pelo uso das drogas, tanto no âmbito social, quanto individual (Gil & Ferreira, 2008). Esta compreensão pode aliar-se intimamente a perspectivas de pesquisa da Psicologia Social e, desta forma, produzir novos conhecimentos sobre este fenômeno.

Bebidas alcoólicas

Procurando um entendimento integral do consumo do “álcool” no Brasil, entende-se necessário compreender desde seus mecanismos biológicos até sua relação com a cultura e seus/suas cidadãos/cidadãs.

O álcool existente nas bebidas alcoólicas é o etanol, produzido pela fermentação de grãos e frutas ou destilação de seus produtos, como acontece com a cana-de açúcar, desde o início da colonização. Há uma vasta diversidade de bebidas alcoólicas, cada tipo com quantidades diferentes de álcool em sua composição (Pechansky et al., 2017) o Brasil é um grande consumidor, principalmente, da cachaça e da cerveja.

Os efeitos do consumo da bebida alcoólica mudam de acordo com algumas variáveis, como a quantidade de álcool ingerido, a frequência da ingestão, a quantidade de álcool absorvido pelo organismo, sua distribuição pelos tecidos do organismo, a sensibilidade individual dos diferentes órgãos e tecidos, a variabilidade individual, como peso e altura, e a velocidade de metabolização. Isto é, apesar dos efeitos do álcool serem conhecidos, sua relação pode ser diferente com cada indivíduo (Pechansky et al., 2017).

A ingestão do álcool gera duas categorias de efeitos no SNC, o estimulante e o depressor. Dos efeitos estimulantes mais conhecidos, destaca-se o prazer, a alegria, a desinibição, a sensação de euforia e a sociabilidade. Já dentre os efeitos depressores, conhece-se a diminuição da coordenação psicomotora e reflexo, a sonolência, a diminuição da autocrítica, o prejuízo na capacidade de raciocínio e concentração e outros mais sérios (Pechansky et al., 2017).

Apesar dos “efeitos” negativos, o consumo de bebidas alcoólicas é uma prática adotada por grande parte dos/as brasileiros/as, nas mais diversas ocasiões. Seu consumo pode apresentar baixo risco, se usado em quantidades menores, tanto em dosagem, quanto em concentração alcoólica. Desta forma, o seu uso está presente em situações diárias, como jantares com uma taça de vinho, e também esporádicas, como festas e eventos.

Bebidas alcoólicas e contemporaneidade brasileira

O álcool está presente, não só na história, como também, na cultura contemporânea brasileira. O ato de beber faz parte da maneira de ser social, de enfrentamento e de entretenimento de muitos/as brasileiros/as. A bebida alcoólica faz parte da cultura brasileira e as pessoas que moram em Brasília estão dentre as maiores consumidoras muito frequente de álcool do país (Bastos et al., 2017).

O relatório da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization [WHO], 2017), apresenta isto, expondo que os/as brasileiro/as, com 15 anos ou mais, em 2016, beberam, em média, 8,9 litros de álcool/ano, sendo 6,4 litros/ano a média mundial por pessoa (WHO, 2017). Sendo a região sudeste, do Brasil, a maior consumidora de álcool, em 2005, enquanto a região Centro-Oeste aparece em terceiro lugar (Duarte et al., 2009).

Observa-se que o consumo de bebida alcoólica perpassa todos os segmentos da sociedade brasileira, abrangendo a vida da maioria dos/as cidadãos/cidadãs. A Pesquisa Sobre o Consumo de Drogas no Brasil (Reis & Bastos, n.d.) indica que 42,4% dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio já beberam e, dentre os universitários, 80% já consumiu algum tipo de bebida alcoólica. Ainda sobre o consumo entre os jovens, os dados dessa pesquisa indicam que 76% dos jovens em situação de rua também já experimentaram (Reis & Bastos, n.d.).

Cada civilização, cada grupo social, cada sujeito tem a sua condição de responder a determinados estímulos produzidos em seu meio ou externos a ele. Compreende-se que há uma questão contextual em que os fenômenos e eventos são normalmente dispostos, para além da questão individual. A bebida alcoólica, por exemplo, está relacionada com datas comemorativas e festivas brasileiras, como o vinho no Natal, o quentão nas festas juninas, os espumantes e uísques nos *réveillons*, a cerveja no carnaval e em outras várias situações

(Pechansky et al., 2017).

Embora o álcool possa estar relacionado com problemas biológicos, pelas sequelas fisiológicas acarretadas quando ocorre o uso abusivo, com problemas sociais, como a possível conexão com violência doméstica e com acidentes de trânsito, e com problemas psicológicos, como forma de enfrentamento e fuga, as ideias e práticas culturais associadas ao álcool vão muito além dessa dimensão negativa. À parte sua importância econômica, as bebidas alcoólicas podem ser positivas, pois podem servir como ferramenta e fermento da sociabilidade e das celebrações (Simões, 2008).

Um exemplo desta positiva na relação entre o álcool e os sujeitos fica evidente ao pensarmos e frequentarmos os bares locais. Em Brasília, por exemplo, esses bares estão sempre cheios, de segunda a segunda. A importância que o bar adquiriu como prática preferencial de lazer para muitas pessoas na cidade de Brasília decorre de uma série de fatores (Barral, 2012), mas o fato é: são locais frequentados diariamente. E a maioria de seus/as frequentadores/as são consumidores/as de álcool, principalmente de cerveja.

A cerveja faz parte da cultura local e seu consumo está relacionado a vida dos/as habitantes de Brasília, uma vez que os bares constituem uma das formas de entretenimento mais recorridas por eles/as. Para além dos bares, observa-se que o/a brasiliense parece associar o consumo de álcool a ocasiões de entretenimento e diversão, sejam em clubes, festas sociais ou particulares.

No Pensamento de Michel Foucault

Fazer parte da dinâmica brasiliense, independentemente de ser, ou não, brasiliense, envolve uma série de implicações. A vivência na capital do Brasil é perpassada por discursos, dispositivos, aparelhos e regimes de verdade próprios, mas comuns a outros contextos também. A política, a economia, a arquitetura, a relação com as pessoas, a organização e

administração urbana são elementos que modificam e transformam os sujeitos dessa cidade diariamente.

Os processos de subjetivação desses/as jovens-adultos/as são um dos elementos relacionados com esses dispositivos, discursos, instâncias e instituições, seja no processo passivo da influência deles sobre os processos, seja no processo ativo da influência dessas pessoas sobre o contexto.

A partir da leitura sobre as produções de Michel Foucault, teórico este escolhido para auxiliar nas análises sobre esse fenômeno, entendeu-se necessário esclarecer brevemente alguns pensamentos, como processos de subjetivação/subjetivação/subjetividade, poder, dispositivos, discurso, resistência, jogos e regimes de verdade.

O termo “subjetivação”, para o teórico, indica um processo de obtenção da constituição de um sujeito ou, mais especificamente, de uma subjetividade. Os “processos de subjetivação”, ou “modos de subjetivação”, das pessoas aludem a dois tipos de análises: a forma pela qual a relação consigo, por meio de uma série técnicas, possibilitam constituir-se como sujeito de sua experiência/existência; como também, indicam os modos de objetificação que modificam as pessoas em sujeitos, sendo, dessa forma, os modos de subjetivação práticas de objetificação (Nardi & Silva, 2005; Revel, 2005).

Entendido isso, é necessário compreendermos um dos pontos centrais das discussões do autor, “o” poder. Antes de tudo, Foucault esclarece que o tema geral de seus pensamentos não é o poder, mas sim o sujeito. O autor não se refere a poder como uma entendida estável, unitária e coerente. Seu entendimento está elencado as relações de poderes, que considera as condições históricas não lineares e, então, complexas que acarretam múltiplos efeitos. O poder, então, implica as relações e suas dinâmicas complexas. Revel (2005) afirma que “uma genealogia do poder é indissociável de uma história da subjetividade” (pp. 67).

Nas análises desenvolvidas pelo autor sobre poder, nos anos de 1970, Foucault

começa a abordar o termo “dispositivo”. Em um primeiro momento, dispositivo denotava as estratégias, técnicas e os modos de assujeitamento usados pelo poder. Porém, no seguimento de suas análises, o autor aponta que os dispositivos são discursos, mas também práticas, de instituições. Dispositivo é, então, um conjunto heterogêneo, uma rede que conecta e abarca instituições, organizações arquitetônicas, leis, decisões regulamentadas e medidas administrativas, proposições morais e filosóficas, argumentos científicos e discursos. Em resumo, o não-dito e o dito (Nardi & Silva, 2005; Revel, 2005).

Nardi e Silva (2005) afirmam que os dispositivos são mecanismo de dominação, enquanto operador material do poder. As estratégias, as técnicas e as sujeição que se fundamental em discursos e práticas. Foucault explora em suas obras os dispositivos disciplinares, dispositivos de saber, dispositivos de poder e dispositivos de sexualidades e outros, porém não irei aprofundar nessas conceituações e pensamentos (Revel, 2005).

A relação entre dispositivos e discurso é evidente, mas o que é discurso? Discurso, para Foucault, é um conjunto de manifestações que podem fazer parte de diversos campos, entretanto submetem-se às regras de funcionamento comuns, próprias de um período específico. Os discursos possuem uma função reguladora e normativa, colocando em funcionamento mecanismo de organização, através da produção de práticas, estratégias e saberes (Nardi & Silva, 2005; Revel, 2005).

E quando o indivíduo consegue, de forma voluntária, “escapar” dos dispositivos de classificação, de identificação e de normalização do discurso? Essa ação é apresentada como resistência. A resistência, necessariamente, surge onde existe poder, uma vez que ela não se separa das relações de poder. Dessa forma, a resistência funda as relações de poder, como também, algumas vezes, ela é resultado dessas relações. Revel (2005) afirma “a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte” (p. 74).

Por fim, para podermos prosseguir, cabe ressaltar a compreensão de jogos e regimes de verdade para Foucault, outro ponto de atenção deste autor, ainda mais por sua relação com a análise da subjetividade. Ele compreende regime de verdade enquanto os tipos de discursos que as sociedades consideram, aceitam e fazem funcionar como verdadeiros, bem como os procedimentos e as técnicas que são valorizados para se chegar a verdade; as instâncias e os mecanismos que possibilitam diferenciar os enunciados falsos ou verdadeiros; a forma como uns e outros são sancionados; o estatuto daqueles que dizem aquilo que opera como verdadeiro (Revel, 2005).

Atualmente vivemos em um cenário político, social e econômico no qual os jogos e os regimes de verdade que imperam em nossa sociedade é provido do discurso científico. A verdade, então, está centrada nesses discursos, e nas instituições que a produzem, e é constantemente manuseada e aplicada pelo poder político e pela produção econômica, assim como é amplamente difundida pelas instâncias educativas (Revel, 2005).

Método

No entendimento de Minayo (2007) metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (pp. 16), abrangendo as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de instrumentos e técnicas que viabilizam a construção da realidade que se busca compreender e analisar e o “impulso” criativo do pesquisador e suas concepções de mundo. Assim, Madureira & Branco (2001) a entendem como um processo cíclico, dinâmico.

Diferente da pesquisa quantitativa, que busca descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades e criar modelos abstratos, a pesquisa qualitativa tem como foco compreender e analisar um recorte da realidade que não deve ser quantificado. Utiliza-se, portanto, a Sociologia Compreensiva que oferece a subjetividade como base do sentido da vida social e como constitutiva do social, em oposição ao positivismo e sua objetividade na análise social. Esse tipo de pesquisa busca aprofundar o mundo dos significados, dentro de uma realidade social (Minayo, 2007).

O processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa pode ser dividido, para compreensão didática, em três etapas: (1) fase exploratória; (2) o trabalho de campo; e (3) a análise e o tratamento do material documental e empírico, que, por sua vez, é dividido em três tipos de procedimento — (a) a ordenação das informações, (b) a classificação das informações, e (c) a análise dessas informações (Minayo, 2007).

Ao trabalhar com o universo de crenças, valores, atitudes, motivos e significados, Minayo (2007) acredita que não se pode reduzir esses fenômenos das ciências sociais e psicológicas a uma operacionalização de variáveis numéricas ou, como discutido por Madureira e Branco (2001), como algo simplório que poderia ser descrito por leis universais.

Entende-se, ainda, que a cultura na qual o sujeito se constitui e da qual é constituinte representa um sistema simbólico e emocional produtor de subjetividades (Silva & Cappelle,

2013) que serão o foco de pesquisa ao compreendê-la como as crenças, valores, motivações, sentidos subjetivos e modos de subjetivação.

Classificamos ainda essa pesquisa qualitativa como um “estudo de campo”. Este tipo de estudo busca o aprofundamento dos fenômenos investigados, tendo como característica a flexibilidade, a possibilidade de reformulação de seus objetivos ao longo do processo de pesquisa e o estudo de um grupo ou comunidade em termos de estrutura social, ressaltando a interação entre os componentes e as associações verificadas com seus sujeitos (Gil, 2008).

Mais especificamente, utilizamos do método cartográfico para a produção do *corpus*, o que se distingue criticamente da coleta de dados em determinado recorte. Isso, pois os/as pesquisadores/as, na cartografia, são sujeitos ativos no processo de produção de material de pesquisa, afetando e sendo afetados pela realidade e pelos espaços que transitam, apresentando e produzindo linhas de força e processos de subjetivação que compõem aquele cenário da pesquisa (Passos et al., 2009).

Além disso, Barros (2007) expõe que sujeito, objeto, pesquisadores/as e campo de pesquisa se criam ao mesmo tempo. O movimento de pesquisa é em si um movimento de intervenção no campo pesquisado, abandonando-se as premissas básicas da pesquisa clássica, como a neutralidade dos/as pesquisadores/as e sua objetividade.

A cartografia social relaciona-se aos campos de conhecimento das ciências humanas e sociais e, mais que mapeamento físico, como era na sua origem, trata de movimentos, jogos de poder e verdades, relações, enunciações, enfrentamentos entre forças, lutas, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade (Prado Filho & Teti, 2013).

Prado Filho e Teti (2013) afirmam também que:

Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que

acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. (pp. 47)

Sujeitos

Participaram desta pesquisa homens e mulheres, entre 18 e 30 anos, moradores/as de Brasília há, pelo menos, 5 anos que participam da dinâmica social da cidade, usufruindo dos aparelhos de convivência (bares, boates, parques e outros). Ainda, busquei selecionar pessoas que frequentam bares, pelo menos, uma vez por mês para participar do grupo focal. Os/as participantes, dois homens e quatro mulheres, foram captados/as em dois bares do Plano Piloto, Brasília, por meio de seleção por conveniência.

Locais

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, os locais onde a pesquisa foi desenvolvida: (i) os bares do Plano Piloto, mais especificamente o “Piauí — Bar e Distribuidora de Bebidas”, localizado na Asa Sul, e o “Vale da Lua Bar”, localizado na Asa Norte; (ii) uma sala de reunião em uma loja no Comércio Local Norte 208.

Os bares foram selecionados a partir de uma série de fatores: (i) sua localização (Plano Piloto); (ii) a diversificação de seus/suas frequentadores/as (pessoas de diferentes idades e regiões de Brasília); (iii) suas características arquitetônicas e tipos de recursos (tipo e disposição das mesas e cadeiras); (iv) o estilo de serviço (a presença de garçons); e (v) a variedade produtos para consumir (diferentes bebidas alcoólicas e petiscos); (vi) e o preço dos produtos (petiscos e bebidas mais baratas).

Instrumentos

Para a realização da pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos: (i)

observação participante; (ii) conversas/entrevistas informais; (iii) diário de campo; (iv) grupo focal; (v) questionário sociodemográfico (Anexo B), que forneceu informações detalhadas sobre os sujeitos participantes da pesquisa e pôde auxiliar na análise das informações produzidas. Como recurso auxiliar do grupo focal, foram utilizadas imagens previamente selecionadas (Anexo C) que serviram como estimuladoras de falas, afetos e debates sobre o tema trabalhado. Ainda, foi utilizado, como material complementar, um gravador de voz que permitiu o registro dos discursos para melhor apreciação e produção de informações a posteriori. E, como recurso de comprometimento ético, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Anexo A) que dispunha de uma apresentação sucinta de todas as informações de pesquisa, como objetivos, procedimentos, riscos e benefícios e sobre o sigilo das informações produzidas e garantiu a liberdade de escolha do sujeito em participar desta.

Com relação às técnicas utilizadas, a observação participante pode ser entendida como um processo pelo qual o pesquisador se tornou observador de uma situação social com o objetivo de compreender o contexto e realizar uma investigação científica. Nessa prática, o observador ficou em relação direta com os/as interlocutores/as no lócus da pesquisa, participando da vida social.

Compreende-se que, neste processo, o pesquisador fez parte do contexto e acabou interferindo e modificando ele, bem como foi modificado (Minayo, 2007). Assim, o pesquisador teve maior autonomia, por não se prender a um instrumento rígido, o que auxiliou na vinculação dos fatos à suas representações e no esclarecimento das contradições entre as normas e regras e as práticas vivenciadas no dia a dia por aquele grupo ou comunidade.

O grupo focal, por sua vez, permitiu a construção da informação a partir da reunião em grupo com as pessoas que representam o objeto de estudo, enfatizando a compreensão dos fenômenos de interesse a partir do ponto de vista dos grupos populacionais, bem como o

conhecimento das aspirações da comunidade expressos por ela própria. Teve por objetivo, então, gerar uma discussão focada em tópicos específicos e diretivos, com a facilitação, discreta, mas firme, do moderador (Lervolino & Pelicioni, 2001).

Ainda, as conversas/entrevistas informais foram utilizadas visando a obtenção de uma visão geral do fenômeno pesquisado, assim como a compreensão dos sujeitos entrevistados e, para isso, se caracteriza por ser não-estruturada ou dirigida (Gil, 2008).

Por fim, o diário de campo foi utilizado, durante a experiência/ vivência cartográfica nos bares, para o registro das informações, observações e afetações. Apesar de não comporem a parte formal do material de entrevistas (Minayo, 2007), foram essenciais para as análises das informações.

Procedimentos

Tendo em vista os objetivos delimitados nesta pesquisa, foram utilizadas algumas estratégias metodológicas, dividindo a pesquisa em três etapas. Dentre os procedimentos que constituíram cada etapa, destaca-se a observação participante e as conversas informais que ocorreram nos bares, e o grupo focal (com os sujeitos captados nos bares) que ocorreu em uma sala de reunião no Comércio Local Norte 208, Asa Norte.

Todos estes procedimentos tiveram como recurso o uso do diário de campo e, no grupo focal, do gravador de voz, após o consentimento de todos os presentes. Descrevemos, portanto, as etapas dessa pesquisa:

Etapa 1

Foi realizado um processo de cartografia do fenômeno “frequentação de bares” em Brasília. A etapa visou a introdução do pesquisador no campo, a fim de iniciar a compreensão: da dinâmica dos bares; da interação do pesquisador com os/as atores/as; da

interação dos/as frequentadores/as com os/as atores/as; e da relação do pesquisador e dos/as frequentadores/as com o espaço.

Para isso, durante duas semanas consecutivas, foram realizadas visitas aos bares selecionados. O pesquisador desenvolveu conversas informais com os sujeitos, bem como utilizou a observação participante, com o objetivo de coletar informações gerais do fenômeno pesquisado. Salienta-se a importância do diário de campo nesta etapa.

Neste processo, foram selecionados alguns/mas frequentadores/as dos bares para compor o grupo focal, principal ferramenta que compõe a etapa 2.

Etapa 2

Nesse momento, o pesquisador agendou e realizou o grupo focal com seis sujeitos que foram selecionados/as na etapa um. Após o consentimento e a assinatura do TCLE pelos mesmos, o pesquisador gravou (apenas em áudio) o debate do grupo.

Esta etapa foi desenvolvida em uma sala de reunião no Comércio Local Norte 208, Asa Norte, e consistiu em quatro momentos: (i) dinâmica de aquecimento, visando “quebrar o gelo” entre os participantes e já iniciar um diálogo sobre a temática do grupo focal; (ii) apresentação de um vídeo com conteúdo sobre bares, com o objetivo de instigar os/as participantes a debater sobre os temas do grupo; (iii) desenvolver o debate sobre o vídeo e seus conteúdos; e (iv) apresentação e discussão das duas imagens previamente selecionadas.

Os temas propostos no grupo focal foram selecionados a partir das informações coletadas da etapa um e do conteúdo do vídeo. O facilitador do grupo foi o pesquisador principal deste estudo. Para que esse processo fosse concluído com êxito, antes da participação no grupo, o pesquisador explicou sobre os objetivos da pesquisa para os sujeitos (Minayo, 2007).

Etapa 3

Por fim, o pesquisador fez a transcrição dos áudios, a descrição do perfil, a seleção, síntese e análise das informações e, por fim, discutiu as observações, as informações e as descrições dos/as participantes com base no referencial teórico selecionado e no contexto socioeconômico e político atual.

Análise das Informações Construídas

É importante mencionar que a análise de discurso (AD) é, simultaneamente, teoria e método. Nogueira (2008) afirma que “A Análise de Discurso representa um conjunto relacionado de abordagens ao discurso, abordagens que acarretam não só práticas de recolha de informações e de análise (questões metodológicas) mas também um conjunto de assunções metateóricas e teóricas” (pp. 236).

Esta técnica de análise não é aplicada somente à linguagem escrita, mas a qualquer padrão de significado, seja ele espacial ou visual. Dessa forma, pode analisar textos visuais, como o cinema, a televisão, peças publicitárias e outros também (Nogueira, 2008).

A AD foucaultiana possibilita caminhos para a compreensão dos significados, configurando-se como uma forma de investigar o que está explícito e implícito nos diálogos que compõe a ação social, assim como os padrões de significação e representação que constituem a cultura. Pode viabilizar várias “abordagens” as informações, aos dados e, conseqüentemente, um conjunto de teorizações sobre estes (Nogueira, 2008; Pinto, 2016).

Pinto (2016) explora sobre a AD foucaultiana, afirmando que essa análise não deve partir de um sujeito considerado autor, nem de uma única estrutura. A autora afirma que “Quem enuncia um discurso traz uma instituição e coloca uma ordem que lhe é anterior e na qual ele está mergulhado” (pp.66). Por isso, não se deve relacionar linearmente e exclusivamente o discurso a uma única pessoa ou pensamento, mas sim contexto, ao campo,

no qual ele é desenvolvido (Pinto, 2016).

Dessa forma, a AD foucaultiana procura observar e compreender as formas pelas quais estes discursos se relacionam com as ações no campo social, dos quais eles também fazem parte, visto que, esses discursos, não somente são uma prática social como têm uma relação ativa com o contexto (Pinto, 2016).

Pinto (2016) ainda expressa que o que se destaca na análise, então, é a busca pela regularidade discursiva, tendo em vista que o discurso não basta em si mesmo, pois está relacionado com todo o restante que é não-discursivo. A investigação dessa pesquisa, então, visa compreender essa regularidade sobre os discursos sobre os bares, bem com sobre esses/as jovens.

Resultados e Discussão

Sobre os Participantes da Pesquisa

Ressalto, inicialmente, que devido às questões éticas e a fim de preservar as identidades dos sujeitos dessa pesquisa, transformei os nomes dos/as participantes em siglas para representá-las e, com isso, apresentar as falas desenvolvidas durante o grupo focal e os encontros nos bares.

Dessa forma, as pessoas do grupo focal foram identificadas por P1, P2, P3, P4, P5 e P6, sendo “P” a sigla de “participante” e o número seguinte para diferenciá-los/as. Apresento ainda a representação “F” para o facilitador do grupo. E, ao longo da discussão, as letras “A” e “L” para os garçons.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, bem como o seu desenvolvimento, entendo que é pertinente a apresentação breve dos participantes do grupo focal.

Participante 1 (P1)

A participante 1 é uma mulher, heterossexual, branca, de 32 anos, moradora de Brasília desde que nasceu. Atualmente reside no bairro Vicente Pires, em Brasília — Distrito Federal. Graduada em Psicologia, ainda tentando se inserir no mercado de trabalho, conta com uma renda familiar de até três salários mínimos. É protestante, mas atualmente não está mais frequentando a igreja.

Faz consumo de bebida alcóolica desde os 21 anos e atualmente bebe, pelo menos, uma vez por mês. Dentre os locais que consome bebida, destaca os bares, a casa dos/as amigos/as e sua própria casa. E ainda expõe que a cerveja é sua bebida mais consumida, sendo quase exclusiva.

Conta que frequenta os bares pelo menos uma vez por mês e que costuma estar acompanhada de amigos e amigas quando vai.

Participante 2 (P2)

A participante 2 é uma mulher branca, de 23 anos, homossexual, moradora de Brasília desde que nasceu. Atualmente reside no bairro Vicente Pires, em Brasília — Distrito Federal. É graduada em Secretariado e atualmente está em outra graduação, cursando Estética, e está estagiando. Namora com uma mulher e diz que sua religião é a universalista. Sua renda familiar mensal é mais de 21 salários mínimos.

Faz consumo de bebida alcóolica desde os 15 anos e, atualmente, bebe pelo menos uma vez por mês, em casa, bares, festas, confraternizações e casas de amigos e amigas. Conta ainda que frequenta os bares pelo menos uma vez por mês e que sempre está acompanhada de seus/suas amigos/as e, quase sempre, de sua companheira.

Expõe que consome cerveja e vinho, mas quando bebe nos bares costuma beber cerveja.

Participante 3 (P3)

A participante 3 é uma mulher de 24 anos, branca, bissexual, moradora de Brasília desde que nasceu. Atualmente mora no bairro Jardim Botânico, próximo ao Lago Sul, no Distrito Federal e está namorando com um homem. Graduada em Jornalismo, atua profissionalmente na sua área desde que formou. Conta com uma renda familiar de mais de 34 salários mínimos. É agnóstica, mas desenvolve suas práticas ritualísticas dentro de casa.

Faz consumo de bebida alcoólica desde os 14 anos, mas, atualmente, quase não bebe e, quando bebe, diz que prefere beber vinho, em casa. Apesar de quase não beber, conta que frequenta os bares pelo menos duas vezes por mês com seus amigos e amigas.

Participante 4 (P4)

A participante 4 é uma mulher de 25 anos, branca, homossexual e residente em Brasília desde que nasceu. Atualmente mora em Águas Claras, no Distrito Federal, e está namorando. É graduada em Ciências Sociais e atualmente atua como freelancer. Sua renda familiar é superior a de oito salários mínimos. Expõe ainda que é agnóstica.

A participante consome bebida alcoólica desde os 16 anos e atualmente bebe pelo menos duas vezes por semana, nos mais variados lugares, como em casa, em bares, festas e casa de amigos e amigas. Conta que frequenta bares pelo menos uma vez por semana e sempre está acompanhada, de seus/suas amigos/as e sua companheira, mas também frequenta, algumas vezes, com colegas de curso.

Participante 5 (P5)

O participante 5 é um homem branco de 24 anos, de nacionalidade francesa, mas residente em Brasília há 17 anos. Atualmente mora no bairro Asa Sul, no Plano Piloto, em

Brasília. Graduado em Psicologia, trabalha como professor particular de francês. Está em um relacionamento aberto com uma mulher, mas não consegue “definir” sua orientação sexual. Conta ainda que não tem nenhuma religião e que a renda mensal de sua família é superior a 34 salários mínimos.

Faz consumo de bebida alcoólica desde os 15 anos e conta que atualmente bebe, pelo menos, seis vezes na semana, nos mais diversos lugares, como em casa, em bares, em festas e shows, em boates, casa de amigos e amigas e na rua mesmo. Apesar de consumir bebida em diversos lugares, expõe que frequenta bares pelo menos quatro vezes por semana e costuma estar acompanhado de seus amigos e amigas quando bebe, assim como de sua namorada, seus colegas de curso e até de desconhecidos. Apresenta ainda que consome todos os tipos de bebida alcoólica, sendo a cerveja o que mais bebe quando está nos bares.

Participante 6 (P6)

O participante 6 é um homem de 25 anos, negro, heterossexual e ateu. Voltou a residir em Brasília há aproximadamente dois anos, mas morou aqui quando criança e adolescente. Atualmente está morando no Lago Norte.

Iniciou um curso de nível superior, mas não concluiu. Atualmente trabalha como motion designer, em uma empresa próxima a sua casa. Conta com uma renda mensal superior a cinco salários mínimos, apesar de muito variável. Expõe que está solteiro há pouco tempo.

O participante conta que ingere bebida alcoólica desde os 15 anos e, atualmente, bebe todos os dias, quase sempre em casa. Mas falou que consome bebidas em outros lugares, como bares, festas e shows, confraternizações, boates e casas de amigos e amigas. Costuma ir para os bares, pelo menos, duas vezes por semana, e quase sempre está acompanhado de seus/suas amigos/as, mas também bebe com seus colegas de trabalho e desconhecidos.

Diz que prefere beber cerveja, cachaça e whisky, mas, nos bares e em casa, o que mais

consome é a cerveja mesmo.

Apresentadas as descrições dos sujeitos desta pesquisa, seguimos com a apresentação dos três principais eixos construídos a partir do diário de campo e do grupo focal. Os eixos foram construídos inspirados na análise de discurso foucaultianos, considerando os objetivos de pesquisa, a exposição reiterada das falas dos sujeitos, a revisão bibliográfica desta pesquisa e afetos e inquietações pessoais do pesquisador a partir de sua vivência na experiência cartográfica.

Os três eixos principais são: (1) Cultura de Convivência em Brasília; (2) Bares da Cidade Planejada; e (3) Jovens Adultos/as de Brasília, os Bares e o Consumo de Alcool.

Eixo 1: Cultura de Convivência em Brasília

Esse eixo foi construído com o objetivo de discorrer as análises sobre a convivência dos/as moradores/as de Brasília, bem com o “uso” do espaço público. Neste eixo abordarei, principalmente, em blocos, sobre a socialização, a mobilidade e o entretenimento em Brasília.

A fim de contribuir para as análises sobre convivência, foi realizada a leitura de duas obras: “Saúde mental: a convivência como estratégia de cuidado, dimensões éticas, política e clínica” de Resende e Costa (2017) e “Eis-me aqui: a convivência como dispositivo de cuidado no campo da saúde mental” de Resende (2015).

Resende e Costa (2017) compreendem a convivência enquanto um dispositivo de reação e, também, de cuidado. O dispositivo convivência, então, é compreendido como parte de um complexo de dispositivos que têm como função compor uma resposta social à loucura, aos que não encontram lugar, ao excedente.

Fazendo uma paralelo com essa compreensão, de ser uma resposta social a exclusão, compreendo que este dispositivo também pode ser analisando enquanto uma resposta a dinâmica de Brasília, uma vez que entende-se que essa cidade proporciona, a partir da

elitização dos aparelhos de socialização, entretenimento e lazer, e do recorte de “cidade para o trabalho”, carecendo de locais de interação das pessoas para além de instituições (trabalho, escolas e outros), a exclusão do acesso a esses aparelhos e, conseqüentemente, da convivência entre seus/suas moradores/as.

A convivência pode ser compreendida, então, como “uma estratégia de produção subjetiva a partir de intercâmbios e relações interpessoais” (Resende, 2015, pp. 31); é, em outras palavras, estar “ali”, naquele momento, com o outro e para o outro, assim como, para si e por si, em um movimento de cuidado ético e igualitário (Resende, 2015; Resende & Costa, 2017).

Resende e Costa (2017) abordam ainda, em relação a convivência enquanto uma estratégia de cuidado, sobre as dimensões, sobre as disponibilidades, que caracterizam essa dinâmica; são elas: o “Estar com”, “Fazer Junto” e “Deixar ser”. Observa-se que a vivência nos bares, muitas vezes, é perpassada por essas dimensões.

Em breves palavras, entendem que o *Estar com* compreende o movimento de cuidado de acolher a pessoa que está em sofrimento, acompanhando-a em seu processo e suportando o aleatório, a desordem, a dor e a angústia, sem julgar ou interpretar suas questões (Resende & Costa, 2017).

O *Fazer junto* alude sobre a perspectiva de interlocução na convivência. Para o/a autor/a, a convivência envolve o cuidado também desenvolvido no fazer com os sujeitos, isto é, em atos (atitudes, gestos, o corpo), deixando-se afetar, participando e estando no mesmo cenário (Resende & Costa, 2017).

Já o *Deixar ser*, na sua relação com o cuidado, implica no deixar suas fantasias de soberania de lado, aceitando sua própria dependência. Resende e Costa (2017) compreendem que para cuidar do outro é fundamental deixar ser cuidado e cuidar de si, demonstrando, dessa forma, a mutualidade nos cuidados enquanto um fundamento ético (Resende & Costa,

2017).

Compreendendo, então, a convivência como uma estratégia de cuidado e um dispositivo de reação social, bem como as dimensões do cuidado, sigo com as análises nos blocos à frente, iniciando com a problemática da socialização em Brasília.

Socialização

Brasília foi, e ainda é, construída para ser sede do poder e comportar o mundo do trabalho e essa característica repercute na dinâmica de seus/suas moradores/as. Porém, também foi considerado, em seu planejamento original, mas nem sempre ocorre, a dinâmica de socialização e convivência entre as pessoas da cidade.

Nota-se que, em Brasília, a convivência surge em meio a diversos dispositivos, discursos e jogos de verdade que dificultam, ou até impedem, uma relação saudável entre as pessoas. Dessa forma, esses sujeitos que aqui vivem, transitam e usufruem da cidade carecem da escuta e da fala, de outras formas de expressão e do contato com outras pessoas, para além das instituições formais (trabalho, locais de ensino e outros).

A dinâmica de socialização em Brasília também é um ponto preocupante. Esse aspecto se dá por uma série de questões, perpassando a história da cidade, sua arquitetura e urbanização, seus discursos e jogos de verdades, seu transporte público, sua política e economia local e outros. Esse conjunto de características reverberam e ficam evidentes na forma de ser dos/as habitantes. Os processos de subjetivação dessas pessoas são atravessados por todas essas questões que acabam, muitas vezes, gerando um adoecimento em quem mora na cidade.

Estes sujeitos, então, procuram romper com essa dinâmica de Brasília, em um movimento de resistência, ao buscarem locais “alternativos”/novos para expressarem e experienciarem outros tipos de contato uns com os outros. Locais como os bares, parques e

até as quadras/ruas/praças da cidade são frequentados por essas pessoas que buscam essa transformação.

Nardi e Silva (2005) abordam sobre essa ruptura da ordem social, de determinada forma de dominação (ser e estar em Brasília), afirmando que para que essa transformação ocorra “é necessário desconstruir os regimes de verdade que naturalizam as relações sociais” (p.102), porque, só dessa maneira, é viável transformar os jogos inerentes às relações de poder.

Porém há movimentos de limitações expressivos sobre algumas dessas experiências, como relatado pelas participantes 2, 3, 4 e pelo participante 5, após serem questionadas/o sobre outros locais de convivência em Brasília:

P2: (...) parque é um lugar que a gente pode ir.

P3: Parque, praças (...) onde a gente pode sentar.

P2: É, praças também.

P4: Mas é porque parque e praças, em Brasília, tem uma certa fragilidade.

P3: É, não tem mais essa cultura também, né? Tipo assim, antigamente isso era muito forte (...) a gente ir pro Parque da Cidade encher a cara. Mas hoje em dia realmente as pessoas não fazem mais isso.

P4: E é meio mal visto assim, sei lá! (Os jovens) Eles vão encher a cara no Parque (...) com certeza vão ter umas famílias que vão passar ali julgando.

P5: Mas nas praças de Águas Claras a galera ainda faz muito!

O que se observa, e fica claro, na fala da P3 é que esses/as jovens relacionam o consumo de álcool com essa socialização, assim essa substância aparece, quase sempre, como um agenciador desse tipo de relação. Esse fator é debatido em um dos blocos à frente, mas

sua participação fica evidente ao debatermos sobre os locais de socialização em Brasília.

Os parques da cidade e as praças na cidade são locais nos quais essas pessoas podem conviver, em diversas atividades. Só em Brasília há 72 parques ecológicos e urbanos, além das 22 unidades de conservação ambiental⁶. Porém, como relato, há uma estigmatização da frequência dos/as jovens nesses ambientes, construindo, assim, barreiras para usufruírem desse espaço e, assim, poderem socializar, conviver e ter lazer.

Um dos fatores que dificultam o contato desses sujeitos em Brasília, para além da arquitetura e organização urbana, é um aparelho de controle do Estado. A polícia aparece em uma das falas como um mecanismo de controle da relação dessas pessoas.

P3: Nas quadras mesmo, nas entrequadras... a gente ficava muito no parquinho da três (403 sul) toda hora chamam a polícia! Às vezes a gente não tava fazendo nada, a gente tava fumando um cigarro e tomando Coca (Cola) e aí alguém ligava para polícia falando “tem gente usando droga lá”. Aí chegava alguém (policial), (...) o cara (policial) ficava me olhando e eu ficava olhando o cara e era isso!

Esse fato relatado pela P3 demonstra que essa convivência na cidade são dificultadas, quando não controladas. Um dos locais que permite e possibilita um contato mais “livre” entre essas pessoas são os bares. Notei, através da minha cartografia, que os bares sempre estão com uma quantidade grande de pessoas de segunda a segunda e que essas pessoas utilizam o bar enquanto um local de socialização e convivência. Outra observação importante de ressaltar é o movimento grupal nesses ambientes. A maioria das mesas é ocupada por um grupo de pessoas, as quais conversam na maior parte do tempo.

⁶ Dados do Guia de Parques do Distrito Federal, de 2014. Acessado pelo site www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/GUIA-DE-PAQUES.compressed.pdf.

O movimento de fala e de escuta nos bares é grande e o que se percebe é que os assuntos que surgem são do interesse comum das pessoas que estão juntas. Essas pessoas expressam e conversam sobre os mais variados assuntos, desde suas angústias pessoais ao cenário econômico e político atual. O bar torna-se, em Brasília, um uma estratégia de cuidado e de socialização para juventude adulta da cidade, bem como uma resistência a todo contexto da cidade e sua “distância”, uma vez que essas pessoas estão criando possibilidades de existir no contexto atual de Brasília (Maciel, 2014).

Nota-se, na vivência dos bares, a dimensão *estar com*, *fazer junto* e *deixar ser* entre os/as jovens. O *estar com* fica evidente, principalmente, na relação afetiva desenvolvida nas conversas entre as pessoas. Dentre as múltiplas conversas, há as que ocorrem nessa possibilidade de estar com, acolhendo, por exemplo, as angústias e sofrimento de seus/suas amigos/as.

O *fazer junto* aparece no encontro desses corpos nesse ambiente. Notei que a maioria das pessoas que frequentam os bares convergem nos seus comportamentos, como, por exemplo, o beber e conversar entre si. *Fazer junto*, então, fica manifesto nas afetações entre esses/as interlocutores/as que conversam sobre assuntos pessoais. Quando a frequência é entre amigos/as, entre pessoas com um vínculo afetivo já desenvolvido, os diálogos entre esses/as jovens, muitas vezes, é para expor sobre seus afetos e suas angústias.

A fala da participante 3 expressa seu desconforto com outra característica em Brasília, a de sua cultura de socialização na relação com os bares:

P3: (...) (o bar) é uma das poucas ocasiões que as pessoas de Brasília (...) a gente interage mais assim. Porque isso é o que mais sempre me deprimiu aqui. Eu acho as pessoas são muito distantes. (...) aqui tem essa frieza muito grande. Isso é o que mais me impacta! (...) E aqui, às vezes, sei lá, de dá bom dia para uma pessoa que não me

conhece, que mora no meu prédio e ela me olha esquisito. (...) A cultura daqui distancia as pessoas, eu acho. Brasília é uma cidade que tudo foi feito muito distante! (...) Você não vê a mesma quantidade de gente batendo perna na rua, andando, sabe? As quadras são, veí, fantasmas de madrugada, sabe? É... eu acho que é deprimente.

Essa cultura aparece, nesta fala, enquanto um elemento que transforma/modifica o ser e estar dos sujeitos da cidade, quando não limita. Ao mesmo tempo que é uma ausência para esses jovens, é uma confirmação sobre a experiência em Brasília. Em um movimento de resistência e rompimento com essa “cultura”, os jovens, muitas vezes, são reprimidos por aparelhos, mecanismo e discursos de controle, como a lei do silêncio e a polícia.

Sobre essa postura de resistência dessas pessoas, resalto a colocação de Nardi e Silva (2005) sobre a construção da resistência, a qual afirma que esse trabalho dispensa uma ação de si sobre si. Isto é, a fim de romperem com essa “cultura” de Brasília, os/as jovens procuram esses bares, em um movimento de escolha autônoma, para descontinuar a lógica de solidão que ocorre na cidade.

As afirmações da P2, P3 e P4, durante o debate do grupo focal sobre a dinâmica/cultura de Brasília, expressam algumas outras características da cidade, bem como os afetos dessas pessoas na relação com ela:

P3: Só de ver isso aqui (apontando para um bloco residencial próximo da nossa sala de reunião) ... não tem ninguém!! Essa cidade é morta!

P2: É, mas, ao mesmo tempo, é uma energia de “bora, bora, bora, bora!”

P3: Sim! Pesado... pesado... demais!

P2: Eu sinto muito ansiedade. A energia de Brasília...

P4: É uma cidade que convida você a (...) trabalhar!

P2: E se isolar também!

A cultura brasiliense é atravessada por uma forte relação com os concursos públicos, sejam eles distritais ou federais. Um dos discursos de “desenvolvimento pessoal e profissional” validados na cidade é o de ser “servidor/a público/a”. Alternativas para esse modo de ser em Brasília ainda passa por reprovações de um nicho grande de pessoas. A argumentação de alguns complementa as falas da discussão acima e traz o que expresse aqui, juntamente com a frequência nos bares enquanto uma ação de resistência a esses modos de ser da cidade:

P3: Mas o mindset é realmente esse, né? Vou trabalhar, vou ter meu grupinho aqui (...) depois eu penso no resto, tipo que eu vou fazer com a parte social da minha vida.

(...)

P3: Depois de estudar o dia inteiro, depois de trabalhar o dia inteiro pegar e sentar num lugar que você sabe que você vai ver gente que tá ali para o mesmo motivo que você. Na faculdade você vai ver muita gente, no trabalho você vai ver gente, por exemplo, mas tá todo mundo ali com outro objetivo, não de socializar. Socializar é um plus (...) é uma coisa que rola.

Percebe-se, portanto, que a convivência com as pessoas se torna secundária nas “relações”, independente da distância física e do contato temporal. As pessoas de Brasília,

principalmente as mais velhas, vivem em suas “bolhas”⁷ sociais e esse conforto resiste e estaciona qualquer ação de mudança.

Esse fenômeno é observado nos bares, os quais são frequentados, majoritariamente, por pessoas mais jovens que, por mais que também tenham suas “bolhas”, estão abertas a socializar e conviver com pessoas que são de fora de seu círculo social. Baral (2012) aponta que esses espaços são, de fato, perpassado, quase sempre, por amigos/as e até familiares, porém a minha cartografia aponta que as mesas dos bares nem sempre se restringem a um círculo social, havendo assim a troca entre pessoas não conhecidas também.

Mobilidade

A mobilidade urbana em Brasília é um ponto de grande discussão quase diária entre os/as moradores/as da cidade. Pessoas que moram, principalmente, fora do Plano Piloto encontram incontáveis problemas na sua locomoção dentro e fora da cidade, principalmente quando agenciada por transporte público.

No final da década de 1960 a população da capital do Brasil já havia superado os 500 mil habitantes estimados pelo plano original de Brasília (Bursztyn & Araújo, 1997). Atualmente, o Distrito Federal conta com quase três milhões de habitantes residindo no Plano Piloto e nas mais diversas “cidades satélites”, as quais também não foram previstas no plano original (Albernaz, 2009; IBGE, 2018).

A locomoção da maioria das pessoas da cidade é via transporte público, como ônibus e metrô, porém há uma grande precariedade e limitação nesses serviços, principalmente no que tange os horários do serviço, as linhas de acesso e o número e as condições de veículos (ônibus).

⁷ “Bolhas” deve ser entendido como o círculo social, o qual abrange uma convergência nos modos de pensar e agir; uma concordância política, social, econômica e até religiosa entre as pessoas que compõe esse grupo.

O que se observa sobre a mobilidade urbana é que este elemento interfere diretamente na vivência e convivência das pessoas em Brasília, estando a frequência nos bares nessa dinâmica. O uso do transporte público ainda é predominante entre as pessoas que frequentam os bares e festas/shows, ainda mais após a alteração da Lei nº 9.503 de 1997⁸ para a Lei nº 12.760 de 2012⁹, conhecida como a “nova Lei Seca”. Apesar de haver empresas com serviços de transporte particular, a chegada aos bares e eventos quase sempre é por meio de ônibus, metrô ou caronas.

Ao abordar a temática com os/ as participantes do grupo focal, há uma grande concordância com as afirmações de alguns participantes no debate sobre o transporte público, principalmente quanto ao horário:

P5: A coisa é que transporte público a noite não é muito bom!

P4: É, transporte público em Brasília... depois de 11 horas é foda!

P1: É, ainda tem isso, porque se você for pro bar (...) precisando de transporte público, você tem que ir muito cedo e aí acaba que também você volta muito cedo.

Nota-se com essas falas que o transporte é um agenciador direto da interação dessas pessoas, podendo assim limitar ou permitir a socialização, a convivência, a diversão e o uso dos espaços públicos da cidade. Este sistema de transporte influi na convivência e outros em Brasília é utilizado como um mecanismo de controle dos corpos e suas experiências na cidade, reforçando leis internas do DF, como a “lei do silêncio”.

Junto a esse elemento, pude visualizar que o uso e o preço dos serviços particulares de transporte também é um ponto de grande discussão entre os/ as participantes, revelando outra

⁸ Lei que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

⁹ Nova lei que institui o Código de Trânsito Brasileiro, alterando a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

limitação na convivência. As falas são sobre os eventos em Brasília, abordando o uso desses serviços:

P2: Você não paga somente para entrar, né (...)? Você paga para usar, para comer, para beber e ainda tem o uber, no caso, né, as pessoas que bebem e tal.

P4: Mas é porque é foda, porque assim, geralmente os eventos que tem que são gratuitos são festas e as festas são noturnas. Tem muita gente que não gosta de ir pra festa, ainda mais a noite. Não tem condições, porque você tem que pagar uber... é meio perigoso também você ir de carro.

P2: E os lugares que tem (esses eventos) são tudo no Plano (Piloto) (...).

Apesar da grande maioria desses/as participantes terem recurso financeiro, seja por meio de suas famílias ou do seu trabalho, nota-se que estas pessoas preferem frequentar os bares do que eventos e shows. Este fenômeno pode estar relacionado a fatores como o transporte, o “ir e vir” desses eventos, bem como a quantidade de bares que há na cidade (em 2004 o número de bares registrados já passava os seis mil, sendo mais de 22% só no Plano piloto (Barral, 2012; Oliveira, 2004).

A participante 1 expõe uma inquietação sobre a ida para os bares no Plano usando o transporte público:

P1: Ah, é difícil! No meu caso eu já cheguei a vir (para os bares do Plano Piloto) algumas vezes de metrô, mas aí é muito role, né? Porque não tem metrô lá perto, da Vicente Pires. Ai, é... você tem que ir para uma estação de metrô, em Águas ou no Guará, ou alí no centro de Taguatinga (...).

A geografia urbana de Brasília, bem como seus serviços, revela ainda uma “segregação” na frequência dos bares do Plano, uma vez que o acesso de pessoas das cidades-satélites e entorno é dificultado pelo transporte público, principalmente aos finais de semana. Zechin e Holanda (2017) abordam essa segregação espacial urbana argumentando que ambiente urbano brasileiro ainda é lugar de marginalização e exclusão para um numeroso contingente de pessoas.

Entretenimento e Lazer

Os momentos de lazer e diversão são necessários para os indivíduos, uma vez que essas atividades permitem que a pessoa desenvolva sua autonomia, seu contato consigo e com outras pessoas/culturas, suas formas de expressão, suas limitações e estratégias de enfrentamento, sua criatividade e outros (Oliveira, 2004), mesmo que agenciadas por questões externas como economia, política e etc. Essa necessidade é assegurada pela Constituição Brasileira, no art. 6º, mas nem sempre ocorre.

As atividades de lazer e entretenimento oferecidas em Brasília são limitadas e encontram diversas deficiências e barreiras, seja por sua geografia urbana, pelo transporte/acesso, pelos custos e até pelos costumes/leis locais, como a lei do silêncio. Essas limitações e deficiências geram uma lógica de segregação, quando não de exclusão de várias dessas atividades de entretenimento/lazer coletivas. Barral (2012) argumenta sobre as opções de lazer e entretenimento em Brasília, trazendo que, apesar do crescimento recente de alguns eventos na cidade, as pessoas da cidade ainda manifestam sentir falta.

As falas da participante 2 demonstram parte dessas limitações, evidenciando principalmente a parte econômica, a segregação socioeconômica, e parte da urbana/do transporte em Brasília:

P2: Eu normalmente vou poucas vezes (aos eventos de Brasília), porque normalmente tem que pagar, né? Eu fui uma vez no CoMA¹⁰, porque a P4 me deu (o ingresso). Eu acho muito legal, muito bonito, mas eu acho também muito... Caro! Não é todo mundo que tem condições de pagar e lá dentro é mais caro ainda. (...) Você não paga somente para entrar, né? Você paga para usar, para comer, para beber e ainda tem o uber, no caso, né, as pessoas que bebem e tal. (...) E os lugares que tem (esses eventos) são tudo no Plano (Piloto).

O que se observa no cenário brasiliense, quanto aos eventos, é uma lógica, quase sempre, elitizada quanto ao público. Barral (2012) argumenta sobre a crescente dos aparelhos de lazer e cultura em Brasília, mesmo que ponderando as condições de lazer na cidade. Vou além, então, e questiono sobre quem pode e consegue acessar essas opções.

Como exposto pelos/as participantes do grupo focal, essas problemáticas em cima dos eventos geram a impossibilidade de acesso, a segregação e a exclusão. Reflito, então, se esses eventos já não são estruturados aguardando determinados nichos sociais, pensados exatamente para um tipo específico de público — aqueles que podem e vão consumir —, como um mecanismo de controle sobre quem pode e quem não pode acessá-los.

As falas das participantes 2 e 3, em recortes diferentes do debate sobre o acesso aos aparelhos de lazer de Brasília, demonstram e ratificam a análise sobre a quantidade de eventos e a característica “pouco” democráticos:

P3: Eu acho que melhorou um pouco (a quantidade de eventos na cidade) (...) começaram a fazer mais comparado a antigamente, mas ainda é muito segmentado.

¹⁰ CoMA “–Convenção de Música e Arte” é um evento que agrega festival e conferência em Brasília. Sua primeira edição foi em 2017.

Tipo assim, é a mesma galera que organiza, é sempre a mesma faixa de preço (...)

P2: São sempre as mesmas pessoas que vão!

(...)

P3: Brasília deu um bum de festa nos últimos anos. Apesar de ser essa mesma coisa, de ser a mesma galera que faz, a mesma galera que vai (...) a opção aumentou um pouco mais.

Tendo em vista esse cenário, os bares aparecem como locais acessíveis e possíveis de lazer para todos os públicos, seja pela sua disposição espacial na cidade, seja pela sua perspectiva variada de consumo ou só frequência. Apesar de também estarem sobre uma série de discursos do consumo, esses locais permitem e contam com diversos “tipos” de pessoas, mesmo que separadas por preferências específicas (tipos de bebidas, música, ambiente, localidade, etc) ou características comuns do público. Os bares são, então, para esses/as jovens adultos/as locais de lazer, entretenimento e convivência, mesmo que, muitas vezes, com seus círculos sociais.

A fala do participante 5, que traz a diferença de vivências de lazer no Brasil e na França, no complemento da fala participante 4 evidencia bem essa prática da convivência nos bares, isto é, de uma dinâmica relacional de afetos e compartilhamento, (mesmo que material, neste trecho):

P5: (...) Lá (na França) tem bar barato, mas não tem essa cultura do litrão, que todo mundo bebe da mesma garrafa. Lá cada um pede sua cerveja.

P4: É! Aqui a gente divide. Divide cigarro. Divide cerveja. Divide tudo!

A busca por locais de trocas, de escuta e fala, de relação e contato com outras pessoas,

fora da dinâmica trabalhista, fica nitidamente atrelada a escolha dos eventos/lugares de lazer e entretenimento desses/as jovens adultos/as. Essa demanda e procura indica, principalmente, um movimento de resistência frente à solidão que a cidade, com sua estrutura arquitetônica, com seus jogos de verdade, com seus mecanismos de controle e sua dinâmica proporcionam no dia a dia.

Como já apresentando, mas volto a ressaltar a afirmação de Nardi e Silva (2005) que, para a construção da resistência, é necessário um trabalho de si sobre si, bem mais do que uma “luta contra uma disciplina ‘especializada’” (pp. 101). Desse modo, à frente discorro sobre uma análise sobre os bares da cidade, trazendo elementos afetivos que perpassam esses espaços e seus/suas frequentadores e a dinâmica relacional também.

Eixo 2 - Bares da Cidade Planejada

Esse eixo foi construído com o objetivo de apresentar a análise sobre o que os bares de Brasília representam na vida dos/as moradores/as da cidade e como a dinâmica com seus/suas frequentadores/as é desenvolvida. Neste eixo exploro, em seus blocos, principalmente, sobre os afetos e necessidades e as relações e os vínculos nestes espaços.

Afetos e necessidades nos bares

Em Brasília os bares fazem parte da cultura e tradição local, dada sua relação desde antes da inauguração. Em 2004, já eram contabilizados mais de seis mil bares (registrados) na cidade (Barral, 2012). São lugares que assumem e evidenciam diversos significados, os bares transformam-se ao longo do contexto histórico, mas hoje configuram-se como espaços de lazer, de convivência, de celebração, de compartilhamentos, de resistência, sendo perpassados por uma carga afetiva, como evidenciado por Barral (2012). São, então, parte significativa no processo de subjetivação de diversos/as brasilienses, dada a relação que é

desenvolvida.

As falas das participantes 1 e 2 evidenciam bem o exposto, ao afirmar:

P1: É, se você tá feliz, vei, você vai pro bar comemorar. Se você tá triste, tipo “vei, preciso tomar uma pra relaxar”. Ah, então, o bar, acho que, é... é um local que representa muito essa coisa do afeto, assim... das relações assim.

P2: Acho que tudo é aflorado num bar, né? As pessoas brigam com mais facilidade num bar, as pessoas se amam com mais facilidade num bar, as pessoas criam relações mais profundas num bar (...).

A dinâmica de Brasília, como já discutida no eixo acima, desenvolve um sentimento de solidão nas pessoas que aqui vivem e uma estratégia que os/as moradores/as daqui encontraram para resgatar outros tipos de relação. O que se observa, nesse movimento, dos/as jovens entrevistados/as, é que esses sujeitos não procuram bares com grandes “recursos”, exatamente por priorizarem a convivência entre eles e as oportunidades nesses espaços, como “relaxar”, exposto pelo participante 3. Barral (2012) afirma que os bares são lugares para encontros, celebrações, paquera, divertimento lúdico e para tantas outras possibilidades.

Os bares conhecidos por serem “copos-sujos” ou “pés-sujos”¹¹, em Brasília, são contemplados e frequentados por diversos tipos de pessoas, como mulheres, homens e outros gêneros, de variadas idades, etnias e orientações/expressões sexuais; estudantes (em sua grande maioria universitários/as), trabalhadores/as, desempregados ou autônomos. Apesar de perpassados pelo discurso do consumo, são espaços mais democráticos de acesso e de relações.

¹¹ Expressão utilizada para designar os bares e botecos que compõem um cenário mais simplista, sem muitos recursos, com bebidas e petiscos mais baratos. São “(...) aqueles bares pequenos, com muitos bêbados, com pessoas estranhas, felizes ou não. Nos botecos — copos-sujos — que aprendemos a viver e a beber.”, como definido pelo artigo do site www.papodebar.com/em-defesa-dos-botecos.

Ao serem questionados/as, sobre as razões que os/as levam aos bares da cidade e o que costumam fazer nesses bares, as participantes 1, 2 e 4 expõem:

P4: (...) para encontrar as pessoas e, segundo, eu gosto de ir para bar para beber.

P1: (...) eu acho que mesa de bar é um local que as pessoas sempre acabam falando das relações, né? (...) os afetos, assim, né?

P2: Desabafar.

P1: (...) para trocar e dividir ali o que elas tão passando, o que elas tão sentindo e tal. A gente não senta em mesa de bar com quem a gente não gosta. Então eu acho que isso é uma coisa que contribui muito para que todos esses conteúdos, todas essas falas aconteçam.

Neste debate, é perceptível a necessidade da fala e da escuta entre esses/as jovens-adultos, das relações interpessoais e dos intercâmbios entre essas pessoas. O discurso perpassa a necessidade desse dispositivo de convivência, de cuidado e, ao mesmo tempo, deixa notório que a frequência nesses bares é um movimento de resistência a toda essa dinâmica de solitude em Brasília e os discursos que a acompanham. Bem como, nota-se a associação direta entre o bar e o consumo de álcool, por grande parte das pessoas que observei na cartografia e de quase todos/as os/as participantes do grupo focal.

Nessas falas também fica perceptível as dimensões da convivência abordadas por Resende e Costa (2017), na frequência dos bares. Nota-se que, por exemplo, na fala da P1 “(...) para trocar e dividir ali o que elas tão passando, o que elas tão sentindo” que esses/as jovens desenvolveram uma estratégia de cuidado entre eles/as, principalmente ao estarem com de forma a acolherem o que vem do outro e compartilharem também.

Outras expressões, das participantes 1, 2 e 3, que legitimam o espaço do bar e sua

frequentação enquanto um dispositivo de convivência, uma estratégia de cuidado, um lugar de fala e escuta, de socialização, de celebração, de afetos são:

P3: Eu me vejo na vontade de ir para o bar independente da situação. Ah, sei lá, ganhei um aumento, beleza, bora lá galera, vamos comemorar! (...) eu gosto de estar socializando e ter uma mesa que eu sei que as pessoas vão estar confortáveis. É como ela falou, eu acho que as pessoas em bar ficam muito mais propensas a compartilhar tudo! Tipo assim, da semana delas, da vida delas... desabafar mesmo! (...) eu acho que o ambiente traz isso das pessoas estar confortável e sentir que ela pode relaxar ali agora para falar qualquer merda. E isso acontece na situação inversa também (...) tô na merda e quero desabafar. Ali é o ambiente que eu sei que vou poder ficar sentada, trocar ideia, foda-se se tem gente em volta, ninguém vai estar prestando atenção no que a gente tá falando.

P1: Eu acho que o bar chama as pessoas para conversar! (...) o ambiente do bar é mais otimista também, né? Porque você senta numa mesa (...) eu acho que a mesa já cola as pessoas primeiro que de frente umas para as outras, então ali você tem tempo mais... tipo, de você olhar para outro, você, enfim, perceber o outro, conversar, trocar ideia.

P2: Eu gosto de ir para bar para socializar. (...) eu gosto de ir mesmo assim para encontrar as pessoas que eu gosto.

Esse outro recorte demonstra a dimensão do *Estar com*, *Fazer junto* e do *Deixar ser*, uma vez que essas pessoas acolhem umas as outras, dando suporte para as angústias, os sofrimentos e até o aleatório. Para isso, elas se encontram, participam e estão juntas em um mesmo cenário, a mesa do bar, abrindo mãos de sua onipotência, assim como da maioria de

suas máscaras sociais, deixando-se afetar e reconhecendo a dependência, como exposto pelas participantes 3 e 4:

P4: É por que no bar também você não tem aquelas máscaras, né? Tipo quando você tá na faculdade você tem uma máscara. Você vai interagir de uma certa forma.

P3: No trabalho principalmente!

P4: No trabalho você vai ter uma máscara do caralho! Que você não vai usar certas palavras, você não vai falar de uma certa forma e nem se comportar de uma certa forma. No bar você não tem muito disso, assim. Claro que você ainda tem! Uns filtros, mas você não tem tantos filtros eu acho.

Apesar das múltiplas possibilidades nos bares e da relação com diversas pessoas nesses ambientes, a fala da participante 3 expõe uma aflição pessoal sobre um fenômeno que ocorre nos bares de Brasília e que evidencia o caráter subjetivo da frequência das pessoas. Além de, para ela, ser uma justificativa do grande número de bares em Brasília:

P3: (...) aqui (em Brasília) você tem vários bares na mesma comercial, por exemplo.

(...) As panelinhas aqui em Brasília são muito mais fortes, mais do que no Rio ou em São Paulo. (...) Aí você vai numa comercial, sei lá, por exemplo, a 102 sul, tem o Boteco da Boa, em cima tem o Mercadito. O Mercadito é o bar mais “coxinha”¹², um dos bares mais coxinhas de Brasília que tem. E o Boteco da Boa é um bar de boas, que toca pagode, que dá todo tipo de gente (...) vai uma galera.

P3: As pessoas não se misturarem tanto aqui (em Brasília).

¹² O termo “coxinha”, neste contexto, é uma gíria que se refere a um local comumente frequentado por pessoas “certinhas e arrumadinhas”, conhecidas por ostentar um padrão de vida de custo elevado e com postura política conservadora, como apresentado pelo site [https://pt.wikipedia.org/wiki/Coxinha_\(alcunha\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coxinha_(alcunha)).

Isto é, os bares são sim espaços de relações, convivência, cuidado, trocas e outros, porém o que fica notório na minha cartografia e é corroborada pela fala da P3 é que, mesmo com toda sua “democratização”, esses locais são perpassados por uma forte carga afetiva das relações. As pessoas, quase sempre, vão aos bares que são frequentados por pessoas que elas admitem em seus círculos sociais. Esses modos de subjetivação e, então, formas de se relacionar, acabam, novamente, limitando o convívio com as outras pessoas da cidade.

O participante 6 confirma algo que observei e vivi nos bares, durante toda minha cartografia e ao longo dos anos que frequento esses lugares. Por mais que sejam um espaço para convivência, é um espaço para convivência daqueles que já são próximos. *“No bar parece que as pessoas vão fechadas, tipo assim, raramente rola uma quebra de mesa. Normalmente é com conhecido e tals.”* (Participante 6), validando a fala da P3 sobre as pessoas da cidade não se misturarem e remetendo a afirmação da P2, a qual diz que gosta de ir para o bar para encontrar as pessoas que ela gosta.

Os tipos de relações desenvolvidas nos bares são diversos, assumindo variados significados e diferentes funções. Bem como, nota-se a presença de muitos atores em seu contexto. Dessa forma, apresento uma discussão sobre essas relações em um bloco separado a seguir.

Relações e os vínculos nos bares

As necessidades dos/as jovens brasilienses são expressas em sua frequência nos bares. Bem como, a frequência nos bares é um indicativo dessas necessidades, dentre elas a convivência, a socialização, o cuidado, o vínculo com as pessoas. Contudo, os bares não são perpassados somente por esses/as jovens e suas questões.

Mas, então, quem são essas pessoas que fazem parte da dinâmica dos bares e como

elas se relacionam? Observou-se diversos atores no dia a dia movimentado dos bares, cada um desenvolvendo uma “função”, mas nunca se limitando a formalidade e informalidade dela, num movimento de criatividade e até de resistência dos discursos que os classificam/normalizam, muitas vezes, como abordado por Revel (2005).

Nota-se presente nestes bares, principalmente, os/as funcionários que lá trabalham (garçons/ garçonetes, cozinheiros/as, os/as atendentes, caixas e outros), os/as frequentadores/as esporádicos/as e os assíduos/as, os/as vendedores/as ambulantes e até os seguranças do estabelecimento. Assim como, por mais que cada bar apresente características singulares, atraindo, dessa forma, públicos diferentes/específicos, identifiquei que são espaços que abrangem todos os “tipos” de pessoas (idade, gênero, etnia, gostos etc).

Todas essas pessoas constroem e desenvolvem relações distintas e singulares, porém também coletivas. O que se percebe é que há redes de relações e convivências presente desses ambientes e que essas modificam a vivências dessas pessoas, que buscam, muitas vezes, romper com “a” ordem de Brasília.

Sobre a construção e o desenvolvimento dessas (novas) relações nos bares, a participante 1 exemplifica, com sua fala: “(...) é engraçado também que (...), tipo assim, você leva um amigo ou uma amiga que eu não conheço, e dali se criam muitas relações, veí! E, tipo, como as relações também se aprofundam por conta de tempo de conversa”.

As relações, as interações, os vínculos e as formas de conviver entre essas pessoas podem assumir significados únicos para cada um/a, mas mostram-se indispensáveis nas análises dos/as frequentadores/as e da frequência nos bares. A convivência/relação de afeto com os/as garçons/garçonetes é a que mais se destaca, chegando a balizar a frequência de um determinado bar em detrimento de outro, como exposto pelo/as participante/s 3, 4, 5 e 6:

P5: A gente vai para um (determinado) bar por causa do garçom e não por causa do

bar.

P4: Muitas vezes é por causa do garçom, né?

P6: É, eu acho que a relação com eles (garçons).

P3: Às vezes o bar pode ser massa! Tipo ter bebida boa, ter bebida barata, a galera que tá comigo é massa, mas é uma merda você ser mal atendido. (...) É diferente quando você senta e a pessoa “como você tá?”, “como você tá? Como tá seu trabalho? Como tá... sei lá!” (Simulando uma conversa com o garçom), é muito mais confortante.

(...)

P5: Dá para ver bem aqui na norte, na (4)09, tem cinco opções de bar (...). Você senta ali (em um determinado bar) só por causa do atendimento. Você escolhe um só por causa do garçom. Só por causa do atendimento.

P4: Sim! Porque os preços são os mesmos e tals, é praticamente a mesma coisa, só que os garçons são diferentes.

A relação entre garçom e frequentador/a, para esses participantes, rompe com a lógica discursiva comum. Mas não somente é um movimento. A participante 4 demonstra essa outra relação, aquela para além do “servir e ser servido”, com um garçom e expõe ainda um episódio que a fez parar de frequentar um bar, dada sua relação, intimidade e cuidado com o/s funcionário/s:

P4: (...) tipo, já aconteceu da gente frequentar muito o bar na 408 norte, né? (...) Aí tinha o (garçom) L. lá e tals e a gente começou a perceber que os garçons estavam sendo muito explorados lá, tanto que eles estavam trabalhando até de madrugada assim. Eles usavam droga pra aguentar, você olhava para o olho deles, eles tavam,

tipo “vei!”, muito esquisitos. Dá pra ver que eles estavam muito exaustos. E a gente parou, começou a parar de ir, porque a gente começou a se sentir desconfortável. Só por causa do estado dos garçons mesmo.

Apesar dos/as participantes utilizarem a palavra “atendimento” em suas expressões, essas afirmações expressam sentimentos e necessidades para além do serviço com esses funcionários. Essas falas manifestam, novamente, uma necessidade da convivência com o outro, de vínculo para além dos discursos presentes naquele ambiente, mesmo que em um recorte espaço-temporal (tempo que a pessoa está no bar) delimitado.

Cabe ressaltar também, aqui, a criatividade dos garçons que procuram romper com a lógica discursiva existente nesse campo e na sua profissão. Alguns garçons, algumas vezes, acabam expondo sentimentos, angústias e sofrimentos que estão passando. Esses garçons, então, buscam não se assujeitar à ordem discursiva, criando possibilidade de existência, isto é, o de “apenas” servir (Maciel, 2014).

Durante a cartografia pude observar garçons que, mesmo durante o seu horário de trabalho, sentavam nas mesas de alguns clientes e conversam sobre suas vidas pessoais. Um deles, o garçom A., chegou a conversar com alguns/as frequentadores/as sobre sua tristeza e preocupação após o envolvimento em um acidente de trânsito e sobre um acidente, no banheiro de casa, que se machucara muito e, mesmo assim, estava lá trabalhando.

Esses/as jovens buscam, também, nos/as funcionários/as “diminuir” o sentimento de solidão e outras angústias que a cidade já apresenta no seu dia a dia. Não somente “buscam nos/as”, mas buscam “com os/as funcionários/as”, uma vez que essa convivência e o cuidado implica um movimento ativo de ambos (Resende & Costa, 2017). Resende e Costa (2017) colocam que “para cuidar do outro, é necessário cuidar de si e se deixar ser cuidado” (pp. 130), ao falarem da dimensão do *Deixar ser*.

Nota-se ainda que, dentro de um mesmo estabelecimento, há vivências distintas quando essas pessoas são atendidas por funcionários/as diferentes:

P4: Porque é diferente você ir para o Piauí e sentar numa mesa aleatória e você ir para o Piauí do (garçom) A.

P2: É muito diferente.

P3: Com certeza.

P4: Quando você senta numa mesa do A. você se sente bem mais acolhido.

P1: É exatamente isso!

P2: Parece que ele faz questão (...) de sempre está observando. Tem muito garçom que nem escuta, nem olha (...)!

P1: Eu acho que ele proporciona, assim, né? Aquela coisa (...) aquele sentimento de que você realmente pode ficar à vontade. Pelo menos o A. me deixa assim.

P3: Eu acho que é muito familiar a relação com ele.

P1: É!

Embora esses/as jovens passam apenas poucas horas de suas semanas nesses ambientes e que essas relações (com os/as funcionários/as) acabem limitadas àquele recorte (o bar), eles/as buscam manter um vínculo, um cuidado com essas pessoas, como demonstrado pela participante 3:

P3: A gente olhou, vei, na cara dele (garçom A.) e ele tava mó normal com a gente, foi educado normal, não foi grosso, mas a gente olhou e ele tava muito cabisbaixo, a gente “A., que que aconteceu?”. Na hora! Eu e o F, na hora “A., vamos conversar!”. (O contexto da fala acima foi um debate sobre frequentadores/as “sem educação” (sic)

com os garçons e a ausência de empatia/alteridade com essas pessoas).

Compreende-se, então, que outros atores, principalmente os/as funcionários/as do estabelecimento, fazem parte da vivência dos/as jovens nesses bares. Não somente como pessoas que desenvolvem funções específicas e delimitadas (“servir”, atender, cozinhar, etc), mas como pessoas que convivem com elas e compartilham suas intimidades, necessidades, desejos e outros. O cuidado pode e está presente também nos bares para muitos. As bebidas alcoólicas, muitas vezes, perpassam essa ação (o cuidado) nos bares e, por isso, a frente, sigo com a análise da relação dos/as jovens-adultos/as e o álcool.

Eixo 3 – Jovens-Adultos/as de Brasília, os Bares e o Consumo de Álcool

O eixo “jovens adultos/as, os bares e o consumo de álcool” foi construído a fim de apresentar as análises realizadas sobre a relação e as vivências dos/as jovens adultos/as que moram em Brasília com a bebida alcoólica. Neste eixo abordarei, principalmente, sobre o consumo de álcool em Brasília e seus bares, os afetos relacionados ao álcool e os efeitos (fisiológicos e sociais) consequentes do uso de álcool.

Consumo de álcool em Brasília e seus afetos

Nota-se, através das pesquisas e das reportagens sobre a temática “consumo de álcool” em Brasília, que o uso de bebida alcoólica na cidade vem crescendo. Minha vivência cartográfica pode confirmar as informações apontadas, através da frequência diária durante duas semanas, além da minha experiência íntima com bares ao longo desses mais de 10 anos.

O consumo de álcool em Brasília por esse público é diário e o bar é um dos locais que aparece como predileto para beberem. Ao longo da cartografia, pude notar que a maioria das mesas que os jovens estavam ocupando estavam com bebidas alcoólicas sobre elas. Pude

notar ainda que a bebida mais consumida, sem qualquer dúvida, é a cerveja, comercializada em garrafas de um litro (“litirão” como é chamado pelos atores dos bares) e consumida em copos de vidro.

Ao abordar a temática “consumo de álcool em Brasília” com o grupo focal, através das imagens 1 e 2 (Anexo C) principalmente, houve um consenso total entre o grupo. Primeiro, questionaram e debateram sobre a expressão “uso abusivo”, questionando sobre os critérios para essa afirmação “(...) 4 ou 5 doses na mesma ocasião... (lendo a revista). Isso é abusivo? (rindo)” — Participante 5.

O participante 6 mesmo expõe sobre seu consumo de álcool: “*vei, eu bebo todo dia! (...) eu bebo todo dia pelo menos duas cervejinhas, saca? Uma na hora do almoço e uma antes de dormir. Eu já deixo minhas latinhas lá na geladeira*”. Ele, em debate com a participante 2, concordam que, por mais que ele consuma álcool diariamente, esse não é um fator preocupante.

Fazendo ponte à questão da solidão em Brasília, talvez possamos traçar uma relação entre esse consumo e o fato do participante 6 morar sozinho na cidade há quase dois anos. Sua rotina de trabalho não permite que ele consiga desenvolver muito sua socialização para além de uma instituição formal com seus discursos, ficando limitada sua convivência com outras pessoas.

Já em um segundo momento, os participantes debateram sobre os motivos que os levam a beber tanto na cidade. Dentre as afirmações, atento para a discussão sobre o consumo de álcool em Brasília que iniciou com a participante 5 respondendo “*Porque não tem tanta coisa pra fazer!*”, continuado pela P1 “*eu acho que tem poucas... é!*” e finalizado pela P5 “*a gente não tem tantas opções.*”, referindo a festas, shows, festivais e outros. Questiono aqui, conhecendo a dinâmica dessas outras “opções”, se, mesmo se houvessem mais, o consumo de álcool também não estaria atrelado.

Após essas afirmações, a participante 3 expõe uma fala que chama minha atenção e a atenção de todos do grupo:

A cultura aqui é muito diferente. A cultura daqui distancia as pessoas, eu acho. Brasília é uma cidade que tudo foi feito muito distante! (...) Planejada? Ok! Linda? Ok! Mas distante! (...) Você não vê a mesma quantidade de gente batendo perna na rua, andando, sabe? As quadras são, veí, fantasmas de madrugada, sabe? É... eu acho que é deprimente. O álcool é a resposta para a solidão!

Dada a discussão sobre a solidão ocasionada pelos dispositivos que permeiam a vivência em Brasília, desenvolvida nos eixos acima, pode-se observar o álcool enquanto outra estratégia de fim a essa “problemática”. Deve-se, então, analisar o álcool na sua relação com Brasília e não sua “finalidade” isolada (efeitos) e descontextualizada. Pensando sobre isso, desenvolvo o bloco abaixo, buscando estabelecer essa relação entre os efeitos do álcool e outros fatores.

Efeitos do álcool

Ao falarmos sobre os efeitos do uso do álcool, é quase impossível não abordar esse tópico sem o viés biomédico, quando não, também, proibicionista, uma vez que as informações que chegam até nós seguem essas lógicas. Outro ponto que ficou evidente, na minha revisão bibliográfica, é que a literatura quase sempre focaliza nos efeitos negativos dessa relação. Mas buscarei tentar romper com essas lógicas. Buscarei apresentar os efeitos e contextualiza-los sempre que possível.

A fim de demonstrar esse esforço, inicio a análise desse bloco apresentando a fala da participante 4:

P4: Eu acho que ele (o álcool) facilita a socialização, né? Porque as pessoas perdem muitas... sei lá! Eu acho que as pessoas perdem... perdem esses filtros quando bebem. Eles vão se quebrando assim. Então, as pessoas ficam com menos vergonha, menos tímidas (...) ficam mais abertas a falar mais sobre si mesmas e conversar tal.

A fala da participante 4 evidencia um dos efeitos positivo do uso do álcool, um “efeito social” possibilitado a partir do seu consumo moderado e consciente. A desinibição, a sociabilidade, a facilitação das interações e trocas sociais é abordada por Pechanschy et al. (2017), os quais explicam que, dentre os efeitos esperados na ingestão do álcool, estão esses “efeitos estimulantes”.

Essa fala alude ainda a afirmação do participante 6, o qual diz que *“o álcool... ele é tipo um catalisador social, né? (...) você bebe, você conversa com as pessoas, você conhece pessoas (...)”*. Essas exposições vão de encontro a discussão de Simões (2008), o qual expõe que as bebidas alcoólicas podem ser positivas, porque podem servir de ferramenta e fermento das sociabilidades e das celebrações.

Essa relação das pessoas com o álcool ficou evidente durante minha cartografia. Mesmo que as pessoas em uma mesa de bar já conversem sem o uso de bebida alcoólica, a bebida aparece também como esse facilitador. A participante 1, ao discorrer sobre a facilitação das conversas nas mesas de bares expõe *“não precisa necessariamente do álcool pra isso (conversar) (...), mas, muitas vezes, o álcool é o estopim para tipo, acontecer... muitas coisas!”*.

Por fim, a participante 4, ao debater sobre o álcool e a socialização, o contato humano, manifesta ainda um descontentamento sobre essa relação *“É muito triste que muitas pessoas precisam do auxílio do álcool”*. Sua fala talvez evidencie um movimento afetivo-social das

relações atuais, trazendo a necessidade de um agenciador, para o desenvolvimento da interação e comunicação de muitas pessoas.

Para além da relação entre o álcool e a socialização/comunicação, um dos efeitos esperados do consumo de álcool por esses jovens está o “relaxamento”. O participante 6 expressa, e o grupo concorda, sobre o fato de consumir bebida alcoólica *“Você quer relaxar, porque sua vida tá uma merda (...) você tem um monte de coisa pra pagar (...) e o álcool já te dá um (...), já te relaxa de uma certa forma”*.

Essa fala permite fazer algumas análises para além da questão do álcool ser uma droga que pode ter efeitos depressores no SNC (Pechansky et al., 2007), provocando, assim, um “relaxamento”. Essa afirmação evidencia alguns dispositivos e discursos presentes na vida desses jovens adultos e como esses elementos interferem direta e indiretamente na consumação de bebidas alcoólicas. Essa manifestação indica, então e principalmente, que um dos efeitos esperados ao consumir o álcool é desenvolver uma estratégia de enfrentamento (ou fuga) desses elementos de potenciais opressores e causadores de sofrimento.

Esse “relaxamento” exposto pelo P6 apareceu incessantemente nas conversas que desenvolvi nos bares durante minha cartografia. Muitas das pessoas que pude conversar manifestavam que “estavam precisando tomar uma” (sic) para relaxar, assim como senti essa necessidade no decorrer do meu campo também. O P6, uma pessoa que reside sozinha e constrói sua rotina quase sempre sozinho, até mesmo no trabalho, conclui sua fala dizendo que o álcool acaba se tornando uma “bengala emocional” (sic).

Essa metáfora é muito interessante, dado que as pessoas que utilizam uma bengala, quase sempre, são aquelas que apresentam alguma dificuldade, sendo assim, um recurso, um instrumento de auxílio. Reflito, então, sobre a necessidade do uso de álcool enquanto um recurso de enfrentamento a todas as ausências e dificuldades que a cidade apresenta.

Ponderando sobre essa discussão e entendendo que o consumo de álcool está atrelado

a cultura das pessoas que vivem em Brasília, devemos pensar e refletir mais sobre os nossos “*modus operandis*”, nossas formas de sermos e de nos relacionarmos nesta cidade/sociedade, a fim de evitar o adoecimento ocasionado por essa “tensão” diária.

As pressões, as exigências e as responsabilidades desses jovens adultos, nos mais diversos âmbitos de suas vidas, podem estar provocando um adoecimento nesta geração e o álcool aparece enquanto uma “solução” rápida e acessível para tentar “escapar” um pouco. Ao comparar os levantamentos nacionais, o II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (2005) e o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas Pela População Brasileira (2018), nota-se que o uso de álcool pela população brasileira está crescendo em todas as faixas etárias.

Por fim, sobre esse bloco, trago um pequeno recorte do debate do grupo sobre os efeitos do uso abusivo de bebida alcoólica, após a visualização da imagem 1 e 2 (Anexo C):

P6: Só que tipo assim, abusivo é quando eu esqueço meu nome, (rindo), aí sim é abusivo! (...)

P1: Quando você deixa de fazer suas responsabilidades aí, pra mim, é abusivo.

O trecho acima apresenta dois pontos interessantes, a inquietação/incômodo desses jovens com a palavra “abusivo” nas imagens, entendendo que todos eles consomem mais álcool do que a reportagem afirma como abusivo. Bem como apresenta parte dos efeitos que os autores Pechansky et al (2017) apresentam como esperado no consumo dessa substância, como a perda de memória, o prejuízo da capacidade de raciocínio e concentração.

Apesar da droga ter esse efeito “negativo”, fica claro que esses jovens têm consciência de seus efeitos e mesmo assim fazem seu consumo. Neste ponto, discuto então sobre as intervenções propostas pelas políticas e realizadas por equipes de redução de danos, uma vez

que uma das abordagens é exatamente a conscientização dos efeitos e possíveis estratégias de reversão do quadro sem a necessidade de intervenção médica. Como no caso da P3, que foi necessária a intervenção de terceiros *“P3: Uma vez eu vomitei feio. Fiquei desmaiada na calçada do Piauí e um garçom e o antigo segurança me ajudou”*.

A conscientização do uso das drogas mostra-se muito mais eficaz do que a demonização, a proibição e combate dessas substâncias. Como demonstrado pelos autores Fonte (2006), MacRae (2001) e Simões (2008), a droga se faz presente nas sociedades desde tempos longínquos e no recorte brasileiro atual essa realidade não é diferente.

A droga não só está presente na cultura mundial e brasileira, como o seu combate gera danos diretos e indireto para seus/suas usuários/as e cidadãos/ãs, ponto este abordado pelos autores Lins e Scarparo (2010) e Marras (2008). O uso de substâncias deveria ser entendido, principalmente, como uma questão de saúde pública. E, por isso, é necessário entendermos não somente os efeitos que essas substâncias podem proporcionar, mas também a relação do uso das drogas no contexto econômico, político e social no qual ocorre, no caso dessa pesquisa sendo a cidade, sua dinâmica e seus habitantes.

Considerações Finais

A vivência em Brasília é atravessada, quase sempre, por uma lógica elitizada no seu dia a dia, ficando evidente os privilégios que algumas pessoas “têm” em relação a outras, bem como observa-se um sentimento de solidão pelas pessoas que vivem na cidade.

A condição financeira é um dos fatores que modifica muito o ser e estar na cidade, como, por exemplo, a “facilidade” do ir e vir na sua locomoção por ela e o consumo e acesso à cultura (shows, festas, teatros, museus e outros), interferindo no desenvolvimento dessas pessoas. A socialização e a possível convivência, direta ou indiretamente, ficam prejudicadas nessa dinâmica.

Apesar desse fator, nota-se que seus/suas moradores/as desenvolvem estratégias para quebrar as barreiras da cidade no que tange seu convívio e socialização. O bar é, portanto, um lugar em que essas relações são desenvolvidas, mas também é compreendido enquanto uma estratégia e até uma resistência que esses/essas jovens encontraram.

Os bares fazem parte da cultura e da tradição local, por isso, entende-se que há uma relação íntima entre seus/suas moradores/as, fazendo parte dos processos de subjetivação dessas pessoas. Essa relação se desenvolve junto aos jogos e discursos inerentes aos bares, bem como ao consumo de álcool, o qual é acentuado na capital do Brasil.

Apesar das análises terem sido desenvolvidas em eixos e blocos distintos, é importante ressaltar que todos esses elementos/fenômenos estão intimamente relacionados e perpassam uns aos outros. Vejo que a cartografia, bem como a análise do discurso foucaultiana, buscaram então abarcar e esgotar a investigação e a discussão sobre a temática, tentando analisar e articular o dito e não-dito.

Porém, ressalto também as limitações do pesquisador, como, por exemplo, a dificuldade de compreensão das obras de Michel Foucault, dado seu recente contato e o curto tempo para alongar as leituras sobre o pensador. Bem como, o recente contato com as

produções da Tânia I. M. Resende e a possibilidade de compreensão e aprofundamento.

Trago também a percepção que o resultado e a discussão dessa pesquisa conseguiram alcançar os objetivos indagados inicialmente, uma vez que foi possível traçar linhas de compreensão sobre os fenômenos abordados, sendo eles: os modos de subjetivação desses/as jovens, suas percepções sobre o consumo de álcool, a representação dos bares para eles/as, explorando sobre os espaços de socialização.

Essa pesquisa permitiu, ainda, traçar linhas de compreensão sobre o próprio pesquisador, seus processos e modos de subjetivação, mesmo que aqui não expostos diretamente, uma vez que além de fazer parte do recorte dos participantes (jovens-adultos de Brasília), os bares e suas dinâmicas estão presentes na vida do pesquisador há mais de dez anos em sua vida.

A pesquisa, então, possibilitou traçar linhas de compreensão que podem auxiliar na construção, no desenvolvimento e/ou no trabalho de políticas públicas, que perpassem esses/as jovens adultos/as de Brasília, como, por exemplo, uma nova perspectiva sobre a relação dessas pessoas com o consumo de álcool. Com isso, visualizo que essa discussão oferece possibilidades de pensar e trabalhar com indivíduos em situação de alcoolismo, como nas políticas de redução de danos.

Esta pesquisa possibilitou também traçar linhas de compreensão sobre a cidade, sua dinâmica e seus/suas habitantes, podendo, assim, auxiliar, e talvez até estimular, a construção de políticas públicas que promovam mais acesso aos aparelhos de entretenimento, mobilidade, socialização e convivência da cidade, como, por exemplo, o desenvolvimento e/ou investimento em políticas de incentivo a cultura e a democratização dos eventos.

Ressalto, por fim, que, em pesquisas futuras, pode-se ponderar sobre dois pontos principais: a ampliação da vivência cartográfica em outros bares da cidade e, talvez sem comprometer o foco, realizar uma análise transgeracional da relação com os bares de outras

juventudes em Brasília, isto é, buscar compreender como era a relação dos jovens de outras décadas com esses espaços.

Referências

- Agência Nacional de Saúde. (2017). *Vigitel Brasil 2016 Saúde Suplementar: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Ministério da Saúde.
- Albernaz, P. C. (2009). *Curta Brasília: a imagem da cidade no olhar do cinema e sua relação com o turismo*. Dissertação de Mestrado, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília.
- Andrade, T. M., & Espinheira, C. G. D. (2017). A presença das bebidas alcoólicas e outras substâncias psicotrópicas na cultura brasileira. Em P. C. A. V. Duarte, & M. L. O. S. Formigoni (Orgs.), *SUPERA: Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento — Módulo 1: O uso de substâncias psicoativas no Brasil* (pp. 13-30). Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Barral, G. L. L. (2012). *Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.
- Barros, R. B. (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Sulina.
- Bastos, F. I. P. M., Vasconcellos, M. T. L., Boni, R. B., Reis, N. B., & Coutinho, C. F. S. (Orgs.). (2017). *III Levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira*. Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ.
- Bursztyn, M., & Araújo, C. H. (1997). *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas de Brasília*. Labor et Fides.
- Carlini, E. A. (2006). A história da maconha no Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 55(4), 314-317.
- Carvalho, G. P. (2015). Identidade, cultura e música em Brasília. *UNISINOS*, 51(1), 10-18.
- Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas. (2006). *II Levantamento*

- domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país*. Secretaria Nacional Antidrogas, Presidência da República.
- Chagas, A. T. R. (2000). O questionário na pesquisa científica. *Administração On Line*, 1(1).
- Duarte, P. C. A. V., Stempliuk, V. A., & Barroso, L. P. (2009). *Relatório brasileiro sobre drogas*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Presidência da República.
- Fernandes, T. F., Monteiro, B. M. M., Silva, J. B. M., Oliveira, K. M., Viana, N. A. O., Gama, C. A. P., & Guimarães, D. A. (2017). Uso de substâncias psicoativas entre universitários brasileiros: perfil epidemiológico, contextos de uso e limitações metodológicas dos estudos. *Cadernos Saúde Coletiva*, 25(4), 498-507.
- Fiore, M. (2008). Prazer e risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de “drogas”. Em B. C. Labate, S. L. Goulart, M. Fiore, E. MacRae, & H. Carneiro, *Drogas e cultura: novas perspectivas* (pp. 141-154). Edufba.
- Fiore, M. (2013). *Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- Fonte, C. (2006). Comportamentos aditivos: conceito de droga, classificações de drogas e tipos de consumo. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 3, 104-112.
- Formigoni, M. L. O. S., Galduróz, J. C. F., Micheli, D., & Carneiro, A. P. L. (2017). Álcool efeitos agudos e crônicos. Em P. C. A. V. Duarte, & M. L. O. S. Formigoni (Orgs.), *SUPERA: Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento — Módulo 2: Efeitos de substâncias psicoativas* (pp. 45-70). Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Freitas, A. P. P. (2017). Brasília: mídia e reconstrução da autoestima. Arte e cultura na revista Traços e na série Distrito Cultural. Em *40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba, Paraná, Brasil.

- Galduróz, J. C. F., Noto, A. R., & Locatelli, D. P. (2017). Epidemiologia do uso de substâncias psicoativas no Brasil: peculiaridades regionais e populações específicas. Em P. C. A. V. Duarte, & M. L. O. S. Formigoni (Orgs.), *SUPERA: Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento — Módulo 1: O uso de substâncias psicoativas no Brasil* (pp. 95-112). Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gil, G., & Ferreira, J. (2008). Apresentação: a cultura, o estado e os diversos usos das “drogas”. Em B. C. Labate, S. L. Goulart, M. Fiore, E. MacRae, & H. Carneiro, *Drogas e cultura: novas perspectivas* (pp. 9-12). Edufba.
- Gonçalves, P. T. B. M. B. (n. d.). *Drogas lícitas e ilícitas*. Saúde Naval, Marinha do Brasil, Ministério da Defesa. Recuperado 5 de maio de 2019, de <https://www.marinha.mil.br/saudenaaval/content/drogas-licitas-e-ilicitas>
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *População estimada de Brasília, Distrito Federal*. Recuperado 10 de maio de 2019, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>
- Labate, B. C., Fiore, M., & Goulart, S. L. (2008). Introdução. Em B. C. Labate, S. L. Goulart, M. Fiore, E. MacRae, & H. Carneiro, *Drogas e cultura: novas perspectivas* (pp. 23-39). Edufba.
- Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008. *Diário Oficial do Distrito Federal nº 49/2008 — Seção 1*. Governo do Distrito Federal. http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2008/03_Mar%C3%A7o/DODF%2049%2012-03-08/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20049.pdf

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. *Diário Oficial da União nº 163/2006 — Seção 1.*

Presidência da República.

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=24/08/2006>

Lervolino, S. A., & Pelicioni, M. C. F. (2001). A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 35(2), 115-121.

Lins, M. R. S. W., & Scarparo, H. B. K. (2010). Drogradição na contemporaneidade: pessoas, famílias e serviços tecendo redes de complexidade. *Psicologia Argumento*, 28(62), 261-271.

Machado, L. V., & Boarini, M. L. (2013). Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 580-595.

Maciel Junior, A. (2014). Resistência e prática de si em Foucault. *Trivium — Estudos Interdisciplinares*, 6(1), 1-8.

MacRae, E. (2001). Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. Em S. D. Seibel, & A. Toscano Jr., *Dependência de drogas* (pp. 25-34). Atheneu.

Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75.

Marras, S. (2008). Do natural ao social: as substâncias em meio estável. Em B. C. Labate, S. L. Goulart, M. Fiore, E. MacRae, & H. Carneiro, *Drogas e cultura: novas perspectivas* (pp. 155-187). Edufba.

Minayo, M. C. S. (2007). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.

Nardi, H. C., & Silva, R. N. (2005). Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de

- verdade contemporâneos. Em N. M. E. Guareschi, S. M. Hüning (Orgs.), *Foucault e a psicologia* (pp. 93-106). Abrapso Sul.
- Nogueira, C. (2008). Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 235-242.
- Oliveira, S. A. (2004). *Brasília: oferta de turismo e lazer para o público GLBT — gays, lésbicas, bissexuais e transexuais*. Monografia de Especialização em Gestão e Marketing, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Orgs.). (2009). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.
- Pechansky, F., von Diemen, L., Micheli, D., & Amaral, M. B. (2017). Fatores de risco e proteção em diferentes grupos de usuários: adolescentes, idosos, mulheres, e indígenas. Em P. C. A. V. Duarte, & M. L. O. S. Formigoni (Orgs.), *SUPERA: Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento — Módulo 1: O uso de substâncias psicoativas no Brasil* (pp. 71-92). Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
- Pessoa, M. R. C. (2013). *Representação e identidade cultural brasileira na marca BSB Memo*. Monografia de Bacharelado em Comunicação Social, Departamento de Audiovisuais e Publicidade, Universidade de Brasília.
- Pinto, V. C. (2016). *Sexualidade na escola: discursos de alunos, mães e professores*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco.
- Portaria/SVS nº 344, de 12 de maio de 1998. *Diário Oficial da União nº 21/1999 — Seção 1*. http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/PRT_SVS_344_1998_COMP.pdf/a3ee82d3-315c-43b1-87cf-c812ba856144

- Prado Filho, K., & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, 38, 45-59.
- Reis, N. B., & Bastos, F. I. P. M. (n.d.). *Pesquisas sobre o consumo de drogas no Brasil: eixo políticas e fundamentos*. Portal de formação a distância — sujeitos, contextos e drogas, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Presidência da República.
- Resende, T. I. M. (2015) *Eis-me aqui: a convivência como dispositivo de cuidado no campo da saúde mental*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.
- Resende, T. I. M., & Costa, I. I. (2017). *Saúde mental: a convivência como estratégia de cuidado, dimensões ética, política e clínica*. Juruá.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Claraluz.
- Rodrigues, M. R., Muntaser, J. G. S., Prado, R. A. D. P., Silva, M. A., & Silva, J. G. (2013). O impacto dos comerciais televisivos na escolha da marca de cerveja pelos jovens consumidores. Em *XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Salvador, Bahia, Brasil.
- Rodriguez, E. H. C., Ferreira, E. C. S., & Dutra, H. F. (2007). Brasília, a cidade do trabalho ou do lazer? Re-visitando seus espaços e territórios. *E-Revista Facitec*, 1(2).
- Silva, K. A. T., & Cappelle, M. C. A. (2013). A teoria da subjetividade e a epistemologia qualitativa de González Rey como possibilidade teórico-metodológica nos estudos de administração. Em *IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Simões, J. A. (2008). Prefácio. Em B. C. Labate, S. L. Goulart, M. Fiore, E. MacRae, & H. Carneiro, *Drogas e cultura: novas perspectivas* (pp. 13-22). Edufba.
- Vargas, E. V. (2008). Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. Em B. C. Labate, S. L. Goulart, M. Fiore, E. MacRae, & H. Carneiro,

Drogas e cultura: novas perspectivas (pp. 41-64). Edufba.

World Health Organization. (2017). *World health statistics 2017: monitoring health for the*

SDGs, sustainable development goals. Recuperado de

https://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2017/EN_WHS2017_T

[OC.pdf?ua=1](#)

Zechin, P., & Holanda, F. (2017). A espacialização da desigualdade. Em *XVII Enanpur*.

Anexo A — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Bares de Brasília: Resistência e Cuidados dos/as Jovens-Adultos/as da Cidade Planejada

Instituição dos pesquisadores: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Pesquisador responsável: Prof. Mestre Leonardo C. A. Mello
Pesquisador assistente: Renan Oliveira Aragão de Paiva

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é compreender os processos de subjetivação dos/as jovens adultos/as que moram em Brasília e que frequentam os bares do Plano Piloto.
- Você está sendo convidado/a a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder um questionário sociodemográfico e a participação em um grupo focal sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste na resposta de um questionário sociodemográfico de forma individual. E o grupo será desenvolvido em formato de roda, no qual as pessoas irão expressar suas opiniões, histórias e afetos. O grupo focal será gravado em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- O grupo focal será realizado em uma sala de reunião no Comércio Local Norte — CLN 208.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de grupo focal.

- Medidas preventivas serão tomadas durante o grupo focal e a apresentação de imagens para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o (a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca dos processos de subjetivação desses/as jovens que moram em Brasília, bem como sua relação com a cidade, os bares e as bebidas alcoólicas.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os materiais com as suas informações (gravação em áudio do grupo focal e os questionários) ficarão guardados sob a responsabilidade do pesquisador, Renan Oliveira Aragão de Paiva, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo (a) pesquisador(a) assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Leonardo Cavalcante Araújo Mello
E-mail: Leonardo.mello@ceub.edu.br

Renan Oliveira Aragão de Paiva
E-mail: renan.contacto@gmail.com

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB
Bairro: Asa Norte
Cidade: Brasília - DF
CEP: 70790-075
Telefone p/contato: (61) 3966-1200

Anexo B — Questionário Sociodemográfico**Qual o seu gênero?**

() Feminino () Masculino Outro: _____

Qual a sua idade? _____ anos.

Naturalidade e Nacionalidade: _____

Cor que você se declara: _____

Mora/ está em Brasília há quanto tempo? _____

Local (bairro) que mora em Brasília: _____

Qual seu nível de escolaridade?

- | | |
|------------------------|-------------------------|
| () 1º grau incompleto | () Superior incompleto |
| () 1º grau completo | () Superior completo |
| () 2º grau incompleto | () Pós-graduação |
| () 2º grau completo | |

Ocupação atual? _____

Você está:

- () Solteiro/a () Casado/a () Viúvo/a () Divorciado/a
 () União Estável () Namorando Outro: _____

Nível de renda familiar (incluindo os rendimentos extras):

- () Até R\$ 724,00 (até 1 salário mínimo)
 () De R\$ 725,00 a R\$ 1448,00 (entre 1 e 2 salários mínimos)
 () De R\$ 1449,00 a R\$ 2172,00 (entre 2 e 3 salários mínimos)
 () De R\$ 2173,00 a R\$ 3620,00 (entre 3 e 5 salários mínimos)
 () De R\$ 3621,00 a R\$ 5792,00 (entre 5 e 8 salários mínimos)
 () De R\$ 5793,00 a R\$ 9412,00 (entre 8 e 13 salários mínimos)
 () De R\$ 9413,00 a R\$ 15204,00 (entre 13 e 21 salários mínimos)
 () De R\$ 15205,00 a R\$ 24616,00 (entre 21 e 34 salários mínimos)
 () Acima de R\$ 24617,00 (acima de 34 salários mínimos)
 () Não sei
 () Prefiro não declarar

Você tem religião? Selecione uma das opções que melhor represente o seu posicionamento pessoal no âmbito religioso.

- () Católico () Judeu () Outra _____
 () Protestante () Não tenho nenhuma _____
 () Espírita () Agnóstico
 () Muçulmano () Religiões afro-brasileiras
 () Ateu () Budista

Qual sua orientação sexual?

- () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Outros _____

Já consumiu bebida alcoólica? Se sim, desde quantos anos?

- () Sim, consumo desde os _____ anos
 () Não

Consome bebida alcóolica?

- () Sim () Não

Frequência que consome bebida alcóolica:

- () Todo dia
 () Uma vez por semana
 () Duas ou mais vezes por semana
 () Pelo menos uma vez por mês
 () Pelo menos uma vez pro trimestre
 () Só em eventos

Outra: _____

Quando consome, costuma estar acompanhado (a)?

- () Sim () Não

Se sim, quem costuma te acompanhar?

- () Família
 () Amigos/as
 () Colegas de trabalho
 () Colegas de curso
 () Companheiros/as
 () Desconhecidos/as

Outros: _____

Preferência de tipo de bebida alcóolica:

- () Cerveja () Cachaça () Vinho
 () Whisky () Vodca () Gin
 () Licores () Tequila () Conhaque

Outra: _____

Local (is) que costuma consumir bebida alcóolica:

- Em casa
- Bares
- Festas
- Shows
- Boates
- Casa de amigos/as
- Confraternizações
- Locais públicos (rua)

Outros: _____

Se em bares, qual frequência você costuma ir:

- Todo dia
- Uma vez por semana
- Duas ou mais vezes por semana
- Pelo menos uma vez por mês
- Pelo menos uma vez pro trimestre

Outra: _____

Anexo C — Recortes apresentados no Grupo Focal



DF tem maior nível de consumo abusivo de álcool do país, aponta estudo

Levantamento é da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Pesquisa considera abusivo consumo acima de 4 ou 5 doses em uma mesma ocasião, dentro de 30 dias.

Por G1 DF

23/02/2017 06h37 · Atualizado há 2 anos



HOME PAGE > DISTRITO FEDERAL > SAÚDE

SAÚDE

Brasília é a quarta capital onde mais se consome álcool em excesso



Anexo D — Parecer de Aprovação no Comitê de Ética

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.700.571

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Analisados os documentos e informações prestados pelos pesquisadores a esta plataforma, não há questões éticas a serem observadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 3.677.309/19, tendo sido homologado na 19ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 1º de novembro de 2019.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1450415.pdf	08/10/2019 20:44:20		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Monografia_Renan_Paiva.pdf	08/10/2019 20:35:47	RENAN OLIVEIRA ARAGAO DE PAIVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Renan_Paiva.pdf	08/10/2019 20:20:28	RENAN OLIVEIRA ARAGAO DE PAIVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Renan_Paiva.pdf	08/10/2019 20:20:06	RENAN OLIVEIRA ARAGAO DE PAIVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br